



ESCOLA **informação**

N.º 241 Nov./Dez. 2010 . MENSAL . 0,50€

**Precariedade
é Terrorismo**

LEITURAS



Lourenço, Eduardo
**A Esquerda na Encruzilhada
 ou Fora da História?:**

Ensaios Políticos
 Gradiva, Lisboa, 2009.

No seu último ensaio, “A esquerda na encruzilhada ou fora da História?” (Gradiva, Lisboa, 2009), Eduardo Lourenço, o nosso maior ensaísta contemporâneo, oferece-nos um panorama crítico sobre a esquerda e o socialismo. Constituído em grande parte por artigos publicados na revista “Finisterra” entre 1989 e 2005, bem como por algumas crónicas em jornais diários e semanários, o autor considera que “durante três quartos de século, a Esquerda viveu-se a si mesma como actriz e horizonte de um movimento histórico que tinha no socialismo o seu discurso legitimador e a sua utopia” (Lourenço, Eduardo, *ib.*, p. 89). Eduardo Lourenço tem consciência que o refluxo da esquerda e do socialismo na Europa está indissociavelmente ligado à queda do Muro de Berlim e à implosão da União Soviética. No entanto, não considera que

este evento seja o ‘dobre de finados’ de ambos, mas uma oportunidade soberana para reflectir sobre as suas causas e para repensar o seu futuro. Ponto fundamental da sua argumentação é que a esquerda socialista no Ocidente limitou-se a ser um mero contraponto ao “espectro do colectivismo” do seu antagonista, oferecendo-lhe uma espécie de “resistência passiva”. O desabamento do Muro de Berlim deixou-a, de certo modo, órfã de si própria e refém da sua passividade, cercada por um “oceano de liberalismo” (Ib. p. 92). Sem narrativa própria, esta transformou-se em esquerda soft, incapaz de se contrapor ao liberalismo triunfante, arvorado em ponto culminante e inultrapassável da história humana, primeiro no plano económico e financeiro, depois, no plano político e cultural. Será então – interroga-se o autor – que “o projecto do Socialismo e da Esquerda” com a sua aspiração a uma igualdade e justiça sociais que sejam compatíveis com a preservação das liberdades individuais e políticas está “condenado a estiar-se entre a bigorna ultra-sofisticada do capitalismo e o martelo rude do comunismo?” (Ib., p. 40). É necessário repensar a esquerda e o socialismo para construirmos uma alternativa à ‘máquina infernal’ do liberalismo na era da mundialização. Num período em que a esquerda socialista se deixou contaminar pela mera gestão conjuntural do poder, é imperioso retomar a ideia de que o que demarca a esquerda da direita é não apenas a luta contra as desigualdades económicas e sociais, mas “a sua função de contrapoder, e até de antipoder mesmo no poder” (Ib. p. 37). Mas a esquerda não pode ser dissociada do socialismo que não é uma religião, mas a aspiração dos indivíduos associados a libertarem-se dos constrangimentos sociais alienantes da opressão e da exploração e a uma sociedade mais justa e mais humana, situada neste mundo e não num mais além transcendente: “Marx poderá ser mais realista que os seus contemporâneos Proudhon ou Fourier – pelo menos é a sua versão – mas não é menos utópico, se com o conceito de utopia se entende a suposição

ou invenção de um lugar outro – não fora da História e do Tempo –, mas desta História e deste Tempo – quer dizer de uma sociedade outra, configuração concreta dos desejos e sonhos mais radicais da humanidade sem a qual a ideia mesmo de Socialismo perde todo o sentido toda a coerência, para designar apenas uma entre várias ideologias meramente pragmáticas que a sociedade capitalista ocidental tem gerado” (Ib., p. 21).

BLOGS



<http://abcdmusicoterapia.blogspot.com/>

Blogue sobre Musicoterapia, que em Portugal está a dar os “1ºs passos” e que possibilita muito bons resultados na terapia de crianças com necessidades educativas especiais e reeducação de adultos.



<http://viasfacto.blogspot.com/>

O Blogue Vias de Facto é relativamente recente na blogosfera mas assinado por nomes conhecidos no meio. Textos muito bons para reflexão do nosso dia-a-dia sociopolítico.

SITES



<http://pt.mondediplo.com/>
 “Le Monde Diplomatique” online na versão portuguesa.

O AGRAVAMENTO DA PRECARIEDADE

Os dados mais recentemente publicados colocam Portugal entre os países europeus com maior crescimento da precariedade laboral, o que deveria permitir denunciar o carácter falacioso (e mentiroso) da tese que faz da precariedade condição para o desenvolvimento económico, através do pretensamente aumento da competitividade, e, mais recentemente, da necessidade de alterar as leis laborais devido à invocada excessiva rigidez dessa legislação. A precariedade laboral é, depois do desemprego, a maior chaga social, castradora da humanização da vida, castradora de qualquer projecto de futuro para a juventude – é nela que mais duramente se reflecte o fenómeno.

A precariedade instalou-se duramente nas nossas escolas. E se aqui refiro apenas a precariedade entre os professores é porque é a esses que este texto se dirige, mas não se pretende esquecer a precariedade que também atinge os outros trabalhadores não docentes e os trabalhadores em geral. Desde sempre, o SPGL (e a FENPROF) denunciou que o que se pretendia atingir com o fim dos concursos anuais – provisoriamente substituídos por concursos de 4 em 4 anos, mas tendencialmente apontando para o fim da figura do ”concurso” – nada tinha a ver com estabilidade nas escolas mas apenas com o adiamento da entrada nos quadros dos docentes contratados. Os dados aí estão para confirmar a razão que nos assistia: para o lugar dos mais de 5 mil docentes dos quadros que se aposentaram nos últimos 3 anos foram recrutados apenas 396! A percentagem de docentes contratados nas nossas escolas aumentou exponencialmente e em muitos agrupamentos os contratados são mesmo a maioria.

É a esta lógica de tornar a precariedade a “norma laboral por excelência” que se subordina a decisão de não realização do concurso extraordinário que o Ministério da Educação tinha acordado com os sindicatos em Janeiro deste ano, decisão que tem de ser por nós contestada e denunciada, mesmo que não consigamos reverter a decisão prepotente de um Ministério – e de um Governo – cuja ausência de dignidade permite que nem sequer se sinta incomodado com o não cumprimento da palavra dada e de acordos assinados.

A precariedade docente sai barata ao Ministério – e é isso que ele pretende. Mas começa a correr com alguma intensidade uma ideia ainda mais gravosa: a de ser criada uma lógica de “vinculação” que, alegadamente pretendendo conferir “estabilidade”, anule a noção de carreira que há décadas define a profissão docente, fixando a maioria dos docentes a níveis indiciários equivalentes aos dos mais baixos da actual carreira. Para o exterior o poder político poderá continuar a afirmar que o topo da carreira docente é o actual índice 370, mas na realidade esse será um patamar para muito poucos – e não necessariamente os melhores (seja lá o que isso for, que os critérios de excelência até agora apontados e “recompensados” são tudo menos transparentes).

Boa parte dos professores e educadores têm consciência desta política de promoção institucional da precariedade e da degradação dos direitos, que se reflecte em todos os campos da nossa vida laboral. Por isso aderiram em grande número a essa excelente jornada de luta que foi a Greve Geral de 24 de Novembro, um momento em que os que apostam na construção de uma sociedade mais justa – e somos muitos – “carregaram as baterias” para uma luta muito prolongada e muito difícil a travar já no ano de 2011.

Faz sentido neste contexto desejar a todos os docentes um bom ano de 2011? Claro que sim. Não porque imaginemos que o “novo ano” venha a ser, do ponto de vista económico e social, um ano risonho. Mas porque vamos crescer humanamente na defesa dos nossos direitos, na defesa dos direitos dos socialmente mais débeis, na exigência de uma sociedade que, como agora acontece, se não defina por tornar os ricos ainda mais ricos ao mesmo tempo que aumenta dramaticamente o número dos pobres e muito pobres. Somos seres humanos - e uma sociedade como esta é profundamente desumana. ■

Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Precariedade

14 Cidadania

As “esquerdas”

16 Greve Geral

17 Plano Mutualista de Saúde

21 Reportagem

Agrupamento de Escolas da Boa Água

25 Escola/Professores

25. Ainda, a avaliação(!) de professores

27. CITE dá razão ao SPGL

28. A brincar também se aprende

Marcha Mundial de Mulheres

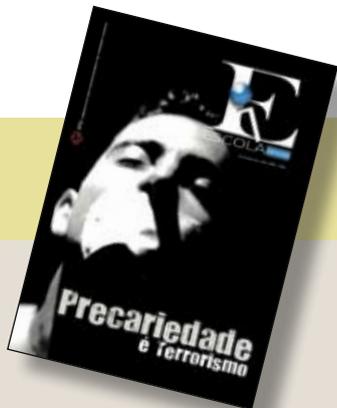
29. Rómulo de Carvalho: “Memórias”

30. A escola como palco do diálogo intercultural

31 Aos Sócios

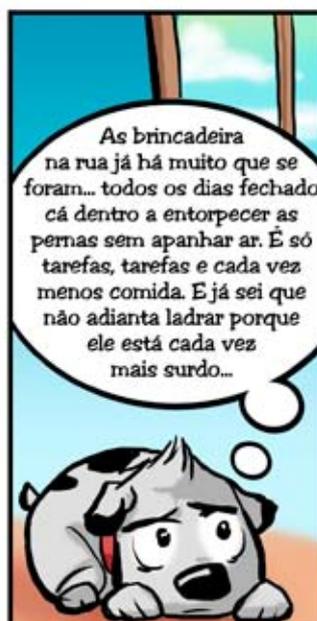
35 Consultório Jurídico

Protecção na parentalidade – Faltas para assistência a netos



E depois da Greve?

PÁGINA 16





Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 241 NOV./DEZ. 2010

■ A precariedade é hoje “oficialmente” apresentada como uma inevitabilidade. Enquanto, simultaneamente, são escamoteadas as suas reais dimensões e o seu impacto ao nível social e no quotidiano da cada um, nos seus projectos de vida (ou sua impossibilidade).

Este Dossier reúne textos que abordam a temática de forma abrangente. A denúncia do sentido global e das alternativas possíveis a esta “política de austeridade assimétrica permanente”, no texto de João Rodrigues. A realidade da precariedade entre os trabalhadores portugueses e no caso particular dos professores – questões aprofundadas por Ricardo Vicente e Vítor Miranda. E, ainda, o papel dos sindicatos num mundo laboral em mudança, por Hugo Dias. ■

Para lá da austeridade assimétrica permanente

• João Rodrigues

Economista, Investigador do Centro de Estudos Sociais
e co-autor dos *blogues Ladrões de Bicicletas e Arrastão*

O principal objetivo da política de austeridade assimétrica permanente, com tradução orçamental, irá ser alcançado: segundo o *Jornal de Negócios*, Portugal terá uma queda dos salários de cerca de 3,5% em 2011. Os cortes salariais médios de 5% na função pública contagiam o sector privado. O desemprego, que não pára de crescer, ajuda a reforçar a economia do medo. Entretanto, o objectivo declarado da austeridade – “acalmar” os mercados financeiros – fracassou e só a relutante intervenção do Banco Central Europeu nos mercados secundários de dívida pública tem impedido que as taxas de juro das dívidas soberanas subam ainda mais e acentuem os riscos de insolvência dos Estados periféricos.

A compressão do mercado interno, devido à quebra dos rendimentos, ao reforço absoluto de uma economia de baixa pressão salarial, assegura o regresso da recessão. A estratégia governamental de sair da crise apenas pelas exportações poderá esbarrar nas políticas de austeridade dos outros governos que também comprimem as suas procuras internas e logo os principais desti-

nos das nossas exportações. Neste jogo vicioso e viciado só ganham os que apostaram em transformar a Europa, em especial as periferias, numa imensa Detroit: o capital financeiro apoiado pelos Estados, alguns sectores industriais do centro e as fracções mais mediocres do capitalismo periférico, aquelas que só prosperam transferindo custos sociais para os trabalhadores sob a forma de salários mais baixos, horários mais baralhados e longos, maior facilidade em despedir e serviços públicos cada vez mais deteriorados e subfinanciados. Na saúde e na educação, os cortes intensos degradam o serviço nacional de saúde e a escola pública, as condições de trabalho dos profissionais, e oferecem uma oportunidade, em especial na saúde, para a expansão dos grupos económicos que apostam em sectores onde os lucros estão garantidos.

Entretanto, as famílias e as empresas, endividadas e com rendimentos em queda, terão cada vez maiores dificuldades em fazer face aos seus compromissos com a banca. Os Estados, face a compromissos com credores cada vez mais gananciosos, transferem recursos dos sectores mais vulneráveis para o capital financeiro. A situação é socioeconomicamente insustentável e as políticas de

austeridade acentuam o ciclo vicioso. A Irlanda e a Grécia estão insolventes e Portugal caminha para lá. Que fazer?

Em primeiro lugar, é preciso constatar que a actual configuração da Zona Euro fracassou sob o peso dos desequilíbrios comerciais e financeiros entre países com desníveis de desenvolvimento muito grandes. Faltam instrumentos de política económica para os corrigir. Em Portugal, por exemplo, esta configuração gerou dez anos de estagnação e de crise e os consequentes problemas das finanças públicas e garantirá mais dez anos do mesmo. Em Espanha ou na Irlanda, a prosperidade dos últimos anos assentou em bolhas imobiliárias insustentáveis que assim que rebentaram sobrecarregaram finanças públicas até aí aparentemente sãs. Agora ou o euro se reforma ou o euro acaba. A saída mais racional passaria por substituir estas políticas de austeridade geradoras de níveis de desemprego brutais por políticas económicas e sociais de relançamento, assentes no controlo público do sistema financeiro, em reformas fiscais progressistas, na defesa dos serviços públicos e em investimentos inteligentes que reestruem as economias e garantam a emergência de uma economia ambientalmente mais



sustentável. Para isso seria preciso arrojo político, a construção de uma coligação dos governos das periferias europeias que confrontasse os países do centro com as suas responsabilidades e que alterasse os dados do problema europeu.

De facto, a recessão, o desemprego e os desequilíbrios externos não serão debelados sem uma política pública de estímulo económico com escala europeia, que faça com que as políticas orçamental e monetária convirjam e acabe com a sua separação artificial, e sem uma política industrial de transformação da estrutura produtiva. As periferias devem reconquistar instrumentos de política industrial e comercial para debelar os défices permanentes nas suas relações com o exterior. Isto passa, como tem defendido João Ferreira do Amaral, por permitir a suspensão temporária das exigentes regras do mercado interno europeu, que impõem

a concorrência entre economias com capacidades competitivas muito distintas, por forma a permitir ajudas aos sectores inovadores nacionais e alguma protecção face às importações. Uma alternativa a isto passaria pela criação dum mecanismo de saída, temporária ou não, do euro, que permitisse uma desvalorização cambial promotora das exportações, conjugada com uma reestruturação da dívida e com ajudas europeias mais robustas.

Sem estas reformas, as condições para uma economia civilizada, que crie empregos, que gere uma distribuição menos desigual, social e regionalmente, dos rendimentos e da riqueza e que seja ambientalmente sustentável estarão cada vez mais distantes. A Zona Euro poderá ir de crise em crise até à derrocada final. Isso iniciaria outra história, cheia de perigos, mas também de oportunidades. ■

A saída mais racional passaria por substituir estas políticas de austeridade geradoras de níveis de desemprego brutais por políticas económicas e sociais de relançamento, assentes no controlo público do sistema financeiro, em reformas fiscais progressistas, na defesa dos serviços públicos e em investimentos inteligentes que reestruem as economias e garantam a emergência de uma economia ambientalmente mais sustentável.

A luta contra a precariedade precisa da solidariedade de todos os trabalhadores

• Ricardo Vicente

Membro do movimento *Precários Inflexíveis*

Actualmente, todos os dias, de diversas formas e em diversos locais, somos massivamente confrontados com um discurso de modernidade e competitividade que apregoa a ideia de que as relações laborais têm de ser mais flexíveis, que os trabalhadores estão demasiado protegidos, e sublinha a inevitabilidade da sua transformação e adaptação ao mercado liberal e global, afirmando que este é o único caminho para responder à crise económica e social em que o país, assim como parte da Europa, está mergulhado. Este discurso, apesar de hegemonizar toda a comunicação social é assumido por um conjunto restrito e bastante específico de protagonistas – escolhidos a dedo por padrões e governantes, nacionais e internacionais.

Nos últimos anos, tal como hoje, foram as linhas e os protagonistas que tecem este discurso que ditaram as políticas e formaram Governos. Se reconhecemos a gravidade da situação económica e social actual, teremos de reconhecer também que a sua resolução não pode passar por mais do mesmo.

Bem sabemos qual o resultado de todas as políticas que promoveram a flexibilização, fragmentação e individualização do trabalho. As recentes e profundas alterações ao Código do Trabalho vieram facilitar este caminho que assume uma falsa igualdade na relação de forças entre o trabalhador a título individual e o seu patrão. O resultado foi a brutal precarização de uma grande fatia da classe trabalhadora, que começou pelos mais jovens e mais desprotegidos mas que não pára de se alastrar, atingindo hoje todas as faixas etárias e profissões. Desde os falsos recibos verdes aos contratos a prazo e à total informalidade das relações de trabalho, situações muitas vezes intermediadas por empresas de trabalho temporário que capturam parte dos salários, as formas de precarização do trabalho são diversas e complexas. Mas dentro de um largo leque de possibilidades, muitos factores há em comum: salários baixos; contratos de curta duração ou ausência destes; impossibilidade ou grande dificuldade de acesso ao subsídio de desemprego; grande rotatividade de horários; acumulação de diversas profissões; trabalho intermitente e intercalado por largos períodos de desemprego;

carácter descartável; ausência de perspectivas de carreira; fraca capacidade reivindicativa; entre outros. Mas a precariedade reflecte-se, também, noutras dimensões da vida, dificultando o acesso e/ou a participação na ciência, na cultura, na arte, na política, etc. É a total instabilidade e incapacidade de perspectivar e construir o futuro, situação em que se encontram cerca de 2 milhões de trabalhadores, mais de um terço da população activa do país (5,5 milhões), ao qual se pode juntar um banco de suplentes representado por mais de 700 mil desempregados.

Assim, as transformações no mundo do trabalho e, portanto, na vida concreta das pessoas têm sido marcadas por uma elevada turbulência que subtraiu salários e direitos a quem menos tinha. Uma situação que se tem acentuado brutalmente por intermédio de várias chantagens – a crise económica, o défice, o FMI, ... – que estão a possibilitar o massacre completo através das recentes medidas de austeridade, pelo PEC I, II e III. Uma descarada e gigantesca transferência de riqueza da totalidade dos trabalhadores para os grandes senhores do capital financeiro, os verdadeiros criadores da crise, que continuam



intocáveis e que muito têm lucrado com ela.

Querem fazer-nos crer que a precariedade é a solução para tudo. Depois da forte evolução tecnológica que marcou as últimas décadas e que elevou os níveis de produtividade para máximos históricos, governantes e reputados comentadores políticos afirmam, repetidamente, que o país tem uma reduzida produtividade. E justificam a situação com a rigidez das relações de trabalho. Será possível aumentar a produtividade do país? Sim. Esse ganho de produtividade poderá ser proporcionado pela flexibilização e precarização do trabalho? Não. Porquê? Porque a estabilidade do trabalho é essencial para o aprofundamento e o ganho de competências, mas também para a criação de identidades individuais e colectivas e fortalecimento das suas relações. Por outro lado, o trabalho estável possibilita a prática e o desenvolvimento de outras actividades da esfera social, económica, ambiental e política essenciais para o desenvolvimento sustentável das sociedades. Factores que, por diversos motivos, nomeadamente devido à evolução tecnológica, estão cada vez mais directamente relacionados com a

produtividade do trabalho.

Mas então qual é o interesse dos patrões no trabalho precário? Simples: a fragmentação e precarização do trabalho que divide, aliena e chantageia a classe trabalhadora possibilita uma margem de lucro muito maior do que as perdas de produtividade daí decorrentes. Pelo que seria possível à sociedade atingir maiores níveis de produtividade e de forma mais justa.

A urgência é demasiado grande, pois o assalto às nossas vidas é brutalmente intenso. Perante uma tão rápida transformação e reestruturação das formas de exploração e chantagem a que todos os trabalhadores estão submetidos, só a solidariedade, a resposta e organização conjunta, que reúna e experimente as mais diversas formas de expressão, e, simultaneamente, recuse o proclamado “inevitável” caminho em direcção ao abismo e proponha alternativas, terá capacidade para travar esta austeridade sem fim e possibilitará novas formas de organização da produção capazes de satisfazer as necessidades da sociedade. É aqui que nós, Precários Inflexíveis, nos situamos e é para este caminho que pretendemos dar o nosso modesto contri-

buto ao conjunto do movimento dos trabalhadores.

Em vários momentos, desde o seu aparecimento, os diversos movimentos de precários se juntaram entre si, mas também aos sindicatos e restantes organizações de trabalhadores, no mesmo combate. São exemplos a campanha “Antes da Dívida Temos Direitos” que levou ao Parlamento a voz de 12 mil pessoas que assinaram uma petição contra os falsos recibos verdes e em defesa da Segurança Social; a organização do MayDay Lisboa e Porto que sempre se juntou à manifestação do 1º de Maio organizada pela CGTP; a participação conjunta com o Movimento Escola Pública e o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) numa organização de professores das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC); a iniciativa “Vamos!” que reuniu um alargado conjunto de activistas na ocupação do espaço público e na recusa das medidas de austeridade; a convocação e participação na Greve Geral do passado dia 24 de Novembro.

O caminho e os desafios que o futuro nos reserva são grandes, mas sabemos que não estamos sós e muito temos aprendido juntos. Vamos à luta! ■

Contratados

Um mundo de “usa e deita fora”

• Vitor Miranda

| Dirigente do SPGL |

Habitados que estamos ao mundo do “usa e deita fora”, vulgo “sociedade de consumo”, também a precariedade se perfila como um dos “novos” instrumentos de utilização de mão-de-obra especializada e ao dispor ao “virar da esquina”. Modernização e flexibilidade dizem uns (patrões), insegurança e exploração dizem outros (empregados). Imperativo de uma sociedade que vê o seu modelo financeiro e social falir, as novas ideias neoliberais procuram legitimar um conjunto alargado de transformações, algumas das quais com significado bastante diverso daquele que é propalado. A flexibilidade rapidamente se transformou num ideal dos tempos actuais, de imperativo económico e necessidade incontornável, devido à globalização, à quebra de crescimento económico ou ao desemprego em massa.

Estas novas estratégias, de contratação, resultam em pressões desestruturantes e supressoras de direitos dos trabalhadores, influenciando no poder económico e na qualidade de vida, na organização do seu tempo, do seu espaço e dos seus estilos de vida, na construção de uma identidade para os diferentes papéis sociais que cada um desempenha (no trabalho, na família, nos sindicatos, na sociedade).

Os contratados e os trabalhado-

res temporários estão sujeitos a uma avaliação permanente (directa ou indirecta) na procura do patronato se assegurar de uma regulação dos comportamentos, imprimindo-lhes docilidade, respeito e tolhendo-lhes as faculdades reivindicativas. Deste modo os contratados sujeitam-se e aceitam regras que noutra contexto rejeitariam.

No caso dos professores, já em 2009 o relatório da OCDE referia que cerca de 18% dos docentes tinham contratos inferiores a um ano. Para termos uma noção mais concreta da precariedade nesta profissão basta referir que, em quatro anos (de 2006 a 2010), o número de contratados aumentou de cerca de 3000 para perto de 20 000.

Ao longo dos últimos anos a profissão docente foi sofrendo ataques sistemáticos que culminaram no que é hoje a escola. O professor acumula uma quantidade de turmas (muitas delas com 28 alunos), acarretando uma jornada intensiva de trabalho, para poder garantir a sua reprodução como força-de-trabalho. Às actividades lectivas acrescem as não lectivas, aumentando o número de horas que o professor permanece na escola. O professor, mediante uma intensa jornada de trabalho, acaba por não se poder qualificar (ou, se o tenta fazer, fá-lo a expensas próprias e fora do seu horário laboral) e nem tão pouco incrementar a sua actividade profissional com planeamento,

utilização de novas didácticas ou aplicação de projectos inovadores, tornando-se assim um professor conteudista (ou seja o oposto do que seria desejável e inerente à carreira docente).

Como todos sabem, as actividades implementadas pelo professor não se encerram no trabalho na sala de aula, é ainda necessário tempo para preparar as aulas, elaborar avaliações, corrigir testes e exames, lançamento de notas, participar em reuniões, entre outras. Todas estas actividades encaixam na componente individual de trabalho que, quase sempre, ultrapassa em muito as 35 horas semanais. Mesmo para os que ousam pedir o pagamento das horas extraordinárias, raramente vêem reconhecido esse direito. Toda esta contabilidade de tempo de trabalho é invisível para o sistema educacional e pode ser acrescida dos problemas relacionados com as condições gerais de falta de infra-estruturas, recursos humanos e a própria relação docente e discente.

É neste complexo quadro, de onde têm sido retiradas muitas peças por via de legislação avulsa que, em nome da melhoria dos resultados no ensino público, aos poucos se retiram as condições de trabalho e o todo é comprometido, ou seja, é todo o sistema educacional que se acaba por perder.

A precariedade acaba também com a vida pessoal e social dos próprios professores. O tempo



de lazer é cada vez mais ocupado com trabalho da escola. Com o recurso cada vez mais usual a tecnologias de informação (internet...), o email pessoal é normalmente “invadido” de trabalhos, grelhas, fichas, resumos e actas que servirão de base aos trabalhos desenvolvidos na escola. “Viste o email que te mandei ontem? - Eram para aí umas 10 horas, vamos discutir esse assunto logo na reunião”, são situações que se tornaram usuais e até banais para muitos de nós.

A instabilidade assola a vida dos precários que, sem perspectivas futuras, apenas se podem agarrar ao presente. Os contratos são a termo certo, um mês, três, no máximo um ano lectivo. Projectos? Não há, não pode haver. Viver? Vive-se hoje esperando que amanhã se continue a ter um posto de trabalho. Ao contrário do que muitos crêem, a profissão docente não é missionária no sentido mais amplo da palavra, é acima de tudo uma profissão essencial ao Estado e aos cidadãos, onde a formação é a tecla chave de

onde provém o futuro de um país. Quando a educação se precariza desta forma também as futuras gerações são apanhadas na rede, tornando a bola de neve gigantesca e imparável.

A insatisfação dos docentes em relação à sua condição de trabalho, além de ser marcada pela precariedade, assenta na percepção de que, cada vez mais, se é uma força-de-trabalho, uma mercadoria, posta à venda pelo sistema do ensino público, em que a exploração não é feita por uma qualquer empresa privada mas por um Patrão que é o próprio Estado. É o próprio Estado que foge às regras estabelecidas para os privados, é o próprio Estado que recorre aos recibos verdes, à contratação durante 10, 15, 20 anos consecutivos, à instabilidade, à redução de salários, em suma precariza. É este Estado que desvirtua um ECD que, em quase nada, se aplica àqueles que, em número crescendo, cada vez mais têm menos direitos – os contratados, os precários. ■

No caso dos professores, já em 2009 o relatório da OCDE referia que cerca de 18% dos docentes tinham contratos inferiores a um ano. Para termos uma noção mais concreta da precariedade nesta profissão basta referir que, em quatro anos (de 2006 a 2010), o número de contratados aumentou de cerca de 3000 para perto de 20 000.

Sindicalismo e precariedade

• Hugo Dias

Sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES)
da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Décadas de erosão da segurança do emprego e de flexibilização da legislação laboral colocaram dificuldades e desafios complexos ao sindicalismo. Mas isso só torna mais urgente juntar de forma solidária os trabalhadores, estejam eles em situação de emprego, precariedade ou desemprego, na construção de um futuro em que deixem de ser tratados por uma ordem económica mundial insustentável como «o factor trabalho».

(Pós-)Fordismo(s)

Enquanto «*modo de regulação*», o fordismo significava um compromisso histórico entre capital e trabalho. Desenvolvem-se práticas estatais e contratuais de normalização – Estado-providência e arranjos institucionais tripartidos – que garantiam a previsibilidade e estabilidade, dirimindo conflitos. A conjugação do aumento dos salários com a difusão de um modo de vida e de modelos culturais associados ao consumo de massa completava o círculo virtuoso e assegurava a reprodução ampliada do capital.

O caso português assume contornos específicos relativamente aos

países capitalistas avançados. O país assistiu, em poucas décadas, a um curto-circuito histórico em que diferentes modos de regulação social foram ensaiados num período curto de tempo: de Estado corporativo passou por uma transição para o socialismo, por uma regulação fordista e ainda por uma regulação neoliberal. Os sistemas de protecção social, mesmo antes de serem completamente concretizados, começaram a ser desmantelados.⁽ⁱ⁾

O sindicalismo desenvolve-se também de forma assíncrona. Ascende em pleno regime autoritário e atinge o seu período áureo de mobilização na segunda metade da década de setenta, quando na Europa a concertação social tripartida era a regra. Nos anos oitenta (1984), assiste-se à institucionalização da concertação social. Mas tal verifica-se em contraciclo, quando os mecanismos de regulação macroeconómica entraram em crise, emergia o discurso neoliberal e o Estado procurava desregular e retirar-se do compromisso histórico de concertação social.⁽ⁱⁱ⁾

Os governos do partido Social Democrata (PSD), presididos por Aníbal Cavaco Silva, intervieram sobre duas áreas importantes da relação salarial após o 25 de Abril. Em primeiro lugar, a flexibilização da legislação laboral. Embora o «Pacote Laboral» tenha sido travado pela Greve Geral de 1988, tal não impediu a aprovação posterior de nova legislação avulsa, no sentido de promover a «diversidade contratual», o que criava as condições para uma crescente dualização do

mercado de trabalho. Em segundo lugar, reconstitui as bases do regime de acumulação de capital, interrompido pela nacionalização dos grandes grupos económicos privados em 1975. Em 1989, a segunda Revisão Constitucional elimina o princípio da «irreversibilidade das nacionalizações» e a «Lei-Quadro das Privatizações» define as condições para a alienação da banca, telecomunicações, energia, entre outros. Estas mudanças abalariam, de forma silenciosa mas determinada, as bases do poder sindical.

Círculo muito pouco virtuoso

As reestruturações produtivas desarticularam o núcleo central do sindicalismo, assente no operariado qualificado de grandes empresas do sector industrial, caracterizado pela estabilidade, homogeneidade e forte cultura identitária. O investimento transfere-se da produção para os serviços. A reengenharia organizacional, a mudança tecnológica e das qualificações conduz à redução do número médio de trabalhadores por unidade, e à saída de muitos milhares de trabalhadores «fordistas» através de reformas e rescisões por acordo mútuo.

Consequentemente, verificou-se a desagregação e fragmentação das identidades dos trabalhadores ao longo destas linhas de crescente diferenciação, segmentação e flexibilização, descentralização da produção e precarização da relação salarial. Entra assim, no mundo do trabalho, uma nova ge-



ração de trabalhadores, simultaneamente mais qualificada e mais precária, bombardeada pelos signos da sociedade do consumo e da flexibilidade como um modo de vida, com valores e atitudes pouco orientadas no sentido da acção colectiva sobre questões laborais.

A resposta sindical face a esta nova situação tem sido claramente insuficiente. A lógica de actuação sindical concentra o grosso da sua intervenção na conservação de posições e defesa de direitos adquiridos de um número cada vez menor de trabalhadores. As novas sindicalizações ocorrem sobretudo em locais de trabalho com elevada densidade sindical e em trabalhadores com contratos estáveis, subsistindo uma clara dificuldade em se dirigir e organizar o contingente crescente de trabalhadores precários, nomeadamente jovens e mulheres.

Esta espiral centrípeta acentua a diminuição do número de efectivos e recursos disponíveis para a intervenção, deteriorando a sua posição negocial, o que por sua

vez permite novas ofensivas patronais (e governamentais) que degradam ainda mais o contexto sociopolítico em que desenvolvem a sua actuação.

Retorno da estratégia?

Como ponto prévio, importa inquirir: será que os trabalhadores estão irremediavelmente distanciados dos sindicatos? As suas atitudes em relação a este tópico possuem traços ambivalentes. Se por um lado atribuem grande importância a estes, a esmagadora maioria nunca pertenceu a qualquer sindicato.⁽ⁱⁱⁱ⁾ Coloca-se então a necessidade de uma reorientação estratégica que lide com as causas desta incapacidade de atracção e organização de novos membros. Uma nova orientação teria implicações ao nível das orientações políticas mas também no que concerne à mudança organizacional, funcionamento democrático, alocação de meios humanos e recursos materiais, bem como na renovação das formas de acção política.

Importaria assumir uma estratégia de acção que expandisse o sindicalismo também para fora do campo tradicional em que se move, construindo campanhas dirigidas a sectores mais fragilizados da população trabalhadora, com maior abertura a outras temáticas e aliança com novos sujeitos políticos e movimentos sociais. O seu perfil futuro dependerá portanto das opções estratégicas que tomar: se a mera defesa de um sector decrescente e relativamente menos atacado da classe trabalhadora, ou uma via solidária que usa a força dos que estão em melhor posição em defesa dos mais fracos, conduzindo a uma melhoria da posição global da condição da classe trabalhadora. ■

Notas:

i - Boaventura de Sousa Santos (org.), Portugal: um Retrato Singular, Edições Afrontamento, Porto, 1993

ii - Boaventura de Sousa Santos, «Teses para a Renovação do Sindicalismo em Portugal, Seguidas de um Apelo», Vértice, n.º 68, 1995, pp. 132-139

iii - Ver, por exemplo, João Freire, Economia e Sociedade – Contributos para uma Sociologia da Vida Económica em Portugal na Viragem do Século, Celta, Oeiras, 2008, p. 143.

As ‘esquerdas’: igualdade, justiça social e novos direitos

Joaquim Jorge Veiguiha

O período posterior à Segunda Guerra Mundial até ao primeiro choque petrolífero dos inícios dos anos setenta do século passado é denominado por alguns como os ‘Trinta Anos Gloriosos’, tradução da expressão ‘Trente Glorieuses’ da autoria do então célebre futurólogo francês Jean Fourastié. Estes ‘anos dourados’ são marcados pelo apogeu do Estado-providência na Europa Ocidental centrado num contrato social que garantia o acesso universal à educação e à saúde, um sistema de aposentação baseado na repartição e na solidariedade intergeracional e contratos de trabalho relativamente estáveis negociados pelas organizações sindicais. Até meados dos

anos 60 do século XX, o operariado era a classe de referência, base de apoio dos grandes partidos da esquerda social-democrática e comunista e o principal garante dos direitos sociais conquistados na Europa Ocidental.

No entanto, este ‘belo quadro’ tinha as suas fissuras. A mais importante era, sem dúvida, o que o ‘contrato social’, como todo o compromisso entre forças sociais com interesses divergentes, ‘abdicava’: em troca da protecção social garantida pelo Estado-providência, o controlo sobre a organização do trabalho e o processo de produção foi ‘cedida’ ao capital privado e aos seus representantes. O fruto desta concessão táctica não beneficiou, certamente, o operariado submetido a intensos ritmos e a uma divisão alienante de trabalho em que predominavam as tarefas monótonas e repetitivas e que, sob novas formas, se estende ainda hoje a outras

camadas de trabalhadores assalariados, como o prova a vaga de suicídios na France Telecom em 2010. Inúmeras revoltas contra esta degradação do trabalho e do trabalhador marcaram este período que, no fundo, não foi tão ‘glorioso’ como rezavam as crónicas mais apoloéticas e deixou as suas marcas no futuro. Nos países capitalistas em que vigorava a democracia liberal o operariado constituía uma ‘fortaleza sitiada’, já que o forte sentimento de solidariedade que unia esta classe devia manter-se o mais circunscrito possível para não ‘contaminar’ as classes médias assalariadas que aumentavam paulatinamente o seu peso na estrutura económica e social. As revoltas que punham em causa o poder e autoridade dos proprietários dos meios de produção nas grandes concentrações industriais, algumas com ocupação dos locais de trabalho e feitas à revelia dos sindicatos, eram ferozmente reprimidas, pois o direito de propriedade



era sagrado e intocável.

A automação dos processos produtivos e o declínio das grandes concentrações e estruturas do sector da 'indústria pesada' que estiveram na base da construção da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora da Comunidade Económica Europeia, alteraram radicalmente a situação anterior. Este processo, apesar de se ter expandido rapidamente a partir dos anos 80 do século passado e ter culminado na nova revolução científica e tecnológica da informática e da robótica com o seu predomínio do *software* sobre *hardware*, já se preanuncia nos finais dos anos 60. O Maio de 68 francês com os seus movimentos sociais que reivindicam a libertação de todos os constrangimentos sociais - 'É proibido proibir' constitui provavelmente a expressão que melhor exprime o significado deste evento marcante da história europeia - introduz um novo paradigma e assinala a emergência de uma 'nova' esquerda e de novos sujeitos - jovens radicais em luta contra a autoridade tutelar da família patriarcal e pela liberdade das relações amorosas, feministas para quem a exigência da 'igualdade de género' era insuficiente para exprimir a 'diferença' do universo feminino relativamente ao universo 'patriarcal' masculino, homossexuais em luta pelos seus direitos, como aconteceu de forma mais evidente nos Estados Unidos.

A 'velha esquerda' que cresceu nos não tão gloriosos ou dourados 'trinta anos' reagiu de forma defensiva, se não mesmo 'conservadora', aos novos movimentos sociais emergentes. As reivindicações de autonomia e criatividade individual, de livre expressão de si, a 'revolução' anuncia-

da na esfera dos costumes patriarcais não se enquadrava na sua cultura colectiva de resistência à exploração capitalista e nas suas reivindicações de igualdade e justiça social para todos, de que o Estado-providência, com o seu paternalismo tutelar, foi a conquista possível no contexto de uma relação de forças entre trabalho assalariado e capital relativamente equilibrada, em consequência de uma Guerra Fria em que as classes economicamente dominantes eram obrigadas a jogar na defensiva. Em contrapartida, a 'nova esquerda' foi incapaz de criar um projecto comum, já que os novos sujeitos emergentes, durante séculos relegados para a obscuridade da esfera privada, procuraram sobretudo lutar pelo reconhecimento público da sua identidade que, simultaneamente, constituía a sua 'diferença específica', não enquadrável na opressiva cultura patriarcal dominante de que a 'velha esquerda', com o colectivismo e a solidariedade que vinculava incontestavelmente os seus membros à tutela das suas organizações políticas mais representativas no âmbito sindical e político, era ainda, de certo modo, refém.

Os direitos pelos quais a 'nova esquerda' lutava são, actualmente, objecto de reconhecimento universal em grande parte da Europa Ocidental e da América do Norte, embora existam ainda muitos bloqueamentos ao seu exercício concreto. No entanto, o que se tem tornado preocupante na última década do século passado e no primeiro decénio do novo milénio é a ofensiva de uma direita neoliberal que, inspirada na contra-revolução conservadora de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, visa o desmantelamen-

to do Estado-providência e do modelo social europeu, considerados demasiado 'caros' para serem preservados e bloqueadores da 'iniciativa' e 'empreendedorismo' dos indivíduos. Complementarmente, difunde-se uma ideologia social-liberal em que a afirmação dos 'novos' direitos se torna prioritária relativamente às exigências de maior igualdade e justiça sociais. Esta ideologia social-liberal 'contaminou' alguns partidos socialistas e sociais-democratas onde se contrapõe um 'avanço' na esfera dos costumes e das novas relações interpessoais a uma espantosa regressão na luta contra as desigualdades sociais e por uma maior justiça social. Apesar de se afirmarem defensores do Estado-providência e do modelo social europeu, alguns destes partidos têm adoptado uma estratégia defensiva cuja principal consequência foi o crescente debilitamento dos direitos sociais que se julgavam definitivamente 'adquiridos' perante a ofensiva da direita neoliberal. A alternativa possível consiste em integrar a 'nova' e a 'velha esquerda' num projecto comum que combine a necessidade de liberdade e autonomia dos novos sujeitos com a exigência de uma sociedade mais justa e igualitária: a liberdade sem igualdade apenas conduz ao domínio dos mais fortes; a igualdade sem liberdade desemboca nos gulagues estalinistas, no fanatismo da 'Revolução Cultural' maoista e nos 'campos da morte' do Cambodja de Pol Pot. ■



E depois da Greve Geral?

1- Quero começar por saudar todos os professores e educadores que estiveram em greve no passado dia 24 de Novembro. Foram a maioria; mas muitos foram também os que ainda não perceberam o valor pessoal, moral e político da solidariedade na luta por um Portugal melhor, os que ainda não ganharam consciência de que o futuro não lhes cairá no colo – têm de o conquistar. Desses, resta-me lamentar a sua atitude e esperar que ganhem coragem para as lutas futuras. Quero também saudar os trabalhadores não docentes das nossas escolas – a eles se deve o encerramento que se verificou na esmagadora maioria das escolas.

2- A profunda crise em que o capitalismo especulativo lançou o nosso país – e muitos outros – ameaça continuar e, provavelmente, agravar-se ao longo do ano de 2011, se se confirmar a recessão económica como consequência das medidas orçamentais agora aprovadas. Os trabalhadores, unidos, terão de continuar a resistir.

3- Contudo, as inevitáveis lutas gerais terão de ser coordenadas com as lutas em torno dos objectivos específicos de cada sector. Em coordenação com todos os sindicatos da FENPROF, os professores e educadores vão decidir quais as prioridades das suas reivindicações. O SPGL continuará a promover nas escolas as reuniões necessárias para a definição dos caminhos a seguir. Podemos contudo antever que as questões dos horários de trabalho, as questões da mobilidade e integração nos quadros, as confusões e distorções causadas pelo modelo de avaliação de desempenho, a luta pelo descongelamento das progressões estarão entre as reivindicações prioritárias. Vamos à luta – a defesa da escola pública e a dignificação da profissão docente não deixarão de nos interpelar e exigir as acções necessárias. ■

António Avelãs
Presidente do SPGL

24 de Novembro
**GREVE
GERAL**



Ensino Superior

Muitos docentes do ensino superior e investigadores fizeram greve a 24 de Novembro. Tratou-se, comprovadamente, da maior greve, de 1 dia, no ensino superior, de que há memória recente.

Greve Geral

Na área do SPGL, como de resto em praticamente todo o país, a Greve Geral encerrou as escolas. Raras foram as que permaneceram abertas. Na maioria, os índices de adesão dos professores foram muito elevados – a FENPROF apontou no próprio dia da greve o número de 75% de adesão. Independentemente da guerra dos números que o Governo sempre gosta de levantar para desviar, com o acessório, as atenções do essencial, podemos, com toda a certeza, afirmar que, na Educação, a Greve Geral foi um sucesso.

O SPGL tomou a iniciativa de realizar uma expressão de rua, em Lisboa, que não conflituasse com a estratégia da CGTP para esse dia, antes a complementasse. Coordenou a sua acção com a direcção da central e, no terreno, com a União de Sindicatos de Lisboa. Correspondendo às ofertas de participação de alguns artistas de renome, organizou o Concerto da Greve Geral na tarde desse dia, na Praça da Figueira, bem no centro de Lisboa. Depois das 17h30, hora marcada para o início do espectáculo, em que quase tudo foi improvisado, a Praça encheu-se de professores, de jovens, de trabalhadores acabados de chegar dos piquetes. Uma praça cheia assistiu então a um magnífico espectáculo com o Jorge Palma, o Camané, o José Mário Branco, o João Gil, o Paulo Ribeiro, o Janita Salomé, o Zé Pedro e os “nossos” Rui Curto e Tony da Silva. Cantaram a solo e em duplas que se improvisaram no momento. No meio, as intervenções de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, de Libério Domingues, coordenador da USL e de António Avelãs, presidente do nosso sindicato. O grupo Peste&Sida, um dos primeiros a disponibilizar-se para esta iniciativa, não pôde estar presente devido ao falecimento da mãe de um deles. Não queremos deixar de, também aqui, registar essa disponibilidade e apresentar as nossas condolências ao elemento deste grupo.

Se não pôde estar presente pode ver alguns dos vídeos com as intervenções e o espectáculo na **vídeo-galeria do site do SPGL (www.spgl.pt)**. ■

**PLANO MUTUALISTA DE SAÚDE:
A MGEN E O SPGL,
MELHOR PROTECÇÃO
DA SAÚDE DE CADA UM
COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS**



MGEN, uma grande mútua de saúde

A MGEN é uma das maiores mútuas de saúde em França. **Gere a protecção social de cerca de 3,5 milhões de pessoas**, profissionais das áreas da Educação, Investigação, Cultura, Juventude e Desportos. A MGEN gere simultaneamente prestações de Segurança Social e planos complementares de saúde. A MGEN assegura esta dupla missão de protecção social no respeito pelos valores mutualistas.

Apenas 20% dos portugueses têm um seguro de saúde

Em Portugal, apenas 20% da população portuguesa possui um seguro de saúde, essencialmente nas classes mais favorecidas. Nos últimos anos, foram sobretudo as companhias de seguros privadas que se desenvolveram. **No entanto, só pode beneficiar dessa cobertura quem tem possibilidades para tal.** Existe, portanto, uma verdadeira necessidade de resposta solidária.

Um sistema de saúde em plena mutação

Nos últimos anos, foram efectuadas grandes reformas para aumentar a eficiência do sistema de saúde português. O objectivo consiste em melhorar a qualidade dos serviços de saúde pública sem aumentar os custos, reduzindo desta forma a taxa de crescimento subjacente das despesas de saúde pública a médio prazo. **A OCDE concluiu que estas reformas eram indispensáveis, tendo também destacado a necessidade de implementar medidas adicionais** no sentido de reduzir as actuais pressões sobre os custos e melhorar o estado de saúde da população.

Uma protecção de saúde mais solidária

A solidariedade constitui o valor fundador e fundamental do mutualismo. **Solidariedade entre os que gozam de boa saúde e os doentes:** a MGEN recusa a selecção dos riscos e assegura a igualdade de tratamento a todos os seus aderentes. A saúde não é um negócio; cada pessoa, em determinado momento da sua vida, pode ser confrontada com um problema de saúde. **Solidariedade entre gerações:** a MGEN optou por tarifas adequadas às várias situações dos seus aderentes, garantindo que todos beneficiem de uma protecção de saúde completa.

A importância dos sindicatos na protecção social

Face às dificuldades do Estado em garantir os cuidados de saúde e aos preços frequentemente proibitivos praticados pelas seguradoras privadas, cada vez mais portugueses não têm acesso aos cuidados de saúde como deveriam. O Estado não consegue, sozinho, fazer face à evolução do sistema de saúde. **Compete também às organizações e às empresas sem fins lucrativos organizarem-se** para proporem soluções e pesarem nas opções da sociedade. Os sindicatos, devido ao número de sindicalizados e aos valores que defendem, têm um verdadeiro papel a desempenhar.

MGEN, parceiro dos sindicatos

Em Portugal, a MGEN partilha os mesmos valores de solidariedade com os sindicatos. A MGEN conhece bem o mundo sindical, pois provém dele. A MGEN nasceu em França, em 1946, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Primários, da Federação da Educação Nacional e das associações e sociedades de socorros mútuos. A oferta de saúde da MGEN constitui uma protecção de saúde de qualidade, solidária e não lucrativa, destinada, numa primeira fase, aos funcionários públicos e aos professores. Os sindicatos, que estão mais próximos destes profissionais, desempenham um papel fundamental. Ao proporem a oferta de saúde da MGEN, os sindicatos podem defender um acesso mais justo à saúde.

MGEN, parceiro do mutualismo no estrangeiro

Neste período de crise económica mundial, a MGEN está a mobilizar-se fortemente para valorizar e fazer com que o modelo mutualista seja reconhecido na Europa e não só. **Na Europa, mais do que sujeitar-se às evoluções legislativas provenientes de Bruxelas, a MGEN actua para obter o reconhecimento do sector mutualista**, que protege milhões de europeus. A implementação da oferta de saúde da MGEN em Portugal constitui um desafio importante na defesa e na promoção do mutualismo. **Em África, a MGEN está a desenvolver acções em prol do desenvolvimento das mútuas de saúde**, como no Mali, por exemplo, onde acompanha o desenvolvimento da Mutec (Mútua dos Trabalhadores da Educação e da Cultura). **A MGEN também criou a rede internacional Educação e Solidariedade** juntamente com a Internacional da Educação, que reúne sindicatos de professores de 170 países, a Associação Internacional da Mutualidade e o Secretariado Internacional do Trabalho. Esta rede valoriza e desenvolve projectos de professores em todo o mundo, ao serviço dos sistemas de protecção social solidária.

Rede de Prestadores ADVANCECARE



geral@advancecare.pt
Tel.: 707 78 00 88

A fim de garantir a melhor qualidade dos serviços a prestar aos seus Aderentes, foi decidido estabelecer o acordo, nesse sentido, com a ADVANCECARE, rede de prestadores de méritos reconhecidos. Todos os nossos planos de saúde permitem a livre opção dos Aderentes quanto à escolha dos prestadores de saúde. O acesso a um prestador da Rede ou fora dela é de sua livre escolha.

Planos de Saúde Mutualista - SPGL

GC 4 - SPGL - Sócios e Familiares - Beneficiários da ADSE

Coberturas / Garantias	Capitais Limites	Franquias co-pagamentos	Comparticipação Rede	Comparticipação Fora da Rede
Hospitalização	10.000€	100€	100%	80%
Assistência Ambulatória	1.000€	10€ - 25€(*)	100%	80%
Parto	1.000€	100€	100%	80%
Estomatologia	250€	10€	100%	80%
Medicamento	250€	2,50€		
Genéricos				100%
Marcas				80%
Próteses e Ortóteses	500€			
Auditivas	150€	25€	100%	80%
Armações	100€	25€	100%	80%
Lentes de Contacto	150€	25€	100%	80%
Lentes Correctivas	100€	25€	100%	80%
Outras Próteses	100€	25€	100%	80%
Rede Bem Estar	Garantida	-	-	-
Rede Espanha	Garantida	-	100%	80%

GI 4 - SPGL - Sócios e Familiares - Não Beneficiários da ADSE

Coberturas / Garantias	Capitais Limites	Franquias co-pagamentos	Comparticipação Rede	Comparticipação Fora da Rede
Hospitalização	10.000€	250€	90%	70%
Assistência Ambulatória	1.000€	10€ - 25€(*)	90%	70%
Parto	1.000€	250€	90%	70%
Estomatologia	250€	10€	90%	70%
Medicamento	250€	2,50€		
Genéricos				90%
Marcas				70%
Próteses e Ortóteses	500€			
Auditivas	150€	25€	90%	70%
Armações	100€	25€	90%	70%
Lentes de Contacto	150€	25€	90%	70%
Lentes Correctivas	100€	25€	90%	70%
Outras Próteses	100€	25€	90%	70%
Rede Bem Estar	Garantida	-	-	-
Rede Espanha	Garantida	-	90%	70%

GC 5 - SPGL - Sócios e Familiares

Coberturas / Garantias	Capitais Limites	Franquias co-pagamentos	Comparticipação Rede	Comparticipação Fora da Rede
Hospitalização	10.000€	200€ - 500€(**)	100%	80%
Rede Bem Estar	Garantida	-	-	-
Rede Espanha	Garantida	-	100%	80%

(*) 10€ consulta; 25€ consulta urgente; 5€ conjunto de análises clínicas, raios x ou ecografias; 15€ outros tratamentos; 25€ TAC's ou Ressonância Magnética

(**) Franquias para beneficiários da ADSE e para não beneficiários da ADSE.

Notas: A comparticipação a cargo da MGEN está limitada a 50€ no caso das consultas fora da rede.

As franquias ou co-pagamentos são aplicados por acto médico, excepto no caso das próteses e ortóteses cujos valores são anuais.

A filosofia mutualista que está na origem dos Planos MGEN torna-os diferentes dos restantes produtos em alguns dos aspectos fundamentais e que cada vez mais deverão **ser Factores de Diferenciação**.

O que caracteriza os nossos Planos e constituem esses Factores de Diferenciação são:

- **Liberdade de escolha:** Acesso à Rede ou livre escolha
- Inexistência de **Questionário Médico** ou Declaração de Saúde
- Não existência de Limite de **Idade de Adesão**
- Não existência de Limite de **Idade de Permanência**
- A **Resolução do contrato** é um direito exclusivo do Aderente. Só este poderá anular o contrato de seguro.
- Inexistência de **sobre taxaço** individualizada. As tarifas, por produto e escalão etário, são iguais para todo o universo seguro num determinado Plano de Saúde.
- Garantia de **Prestações Vitalícias**
- Inexistência de **Exclusões** por Doença ou Acidente (*)
- Não exclusão das **Doenças Pré-existent**

(*) Só poderão estar excluídas as consequências de prática ilegais e/ou anormais e as administrativamente não correctas.

Para além dos aspectos referidos os nossos Planos beneficiam ainda de **Outras Vantagens**, tais como:

- Custos Competitivos em relação ao mercado
- Boa relação Qualidade/Custo
- Simplicidade de Subscrição
- Inexistência de Encargos de Fraccionamento. O Aderente pode optar por efectuar os seus pagamentos de forma mensal, sem que por isso o prémio a pagar seja afectado e agravado.




Em Portugal, a oferta de saúde da MGEN é distribuída pela Europamut, sociedade de direito português, criada pela MGEN e pela Integrale, instituição belga que disponibiliza as melhores soluções para a sua reforma.

Idade	Tarifário Mensal GC4	Tarifário Mensal GI4	Tarifário Anual GC5
0 - 15	12.20€	18.47€	42.00€
16 - 20	12.60€	19.34€	
21 - 25	14.45€	22.08€	
26 - 30	17.82€	27.25€	
31 - 35	18.54€	28.25€	
36 - 40	18.86€	28.63€	
41 - 45	19.66€	29.97€	
46 - 50	21.35€	32.84€	
51 - 55	25.84€	39.81€	
56 - 60	30.98€	47.46€	
61 - 65 (*)	37.45€	61.80€	
66 - 70 (*)	44.00€	72.50€	
> 70	55.74€	80.33€	

(*) Para estes dois escalões etários, as adesões entradas até final do 1º Trimestre de 2011 beneficiarão do desconto suplementar de 10% sobre as actuais tarifas.

Se pretender obter qualquer informação adicional deverá contactar :



Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

Email: geral@spgl.pt

Telefone: 21 381 91 00 / 21 381 91 47



Email: info@europamut.pt

Telefone: 21 388 93 75



Agrupamento de escolas da Boa Água

O que é melhor para a escola, para os nossos meninos?

“Perguntamo-nos sempre: isso é o melhor para a escola, é o melhor para os nossos meninos, é o melhor para os pais e encarregados de educação? É. Então, se é, temos que arranjar maneira de o fazer.” Palavras de Nuno Mantas, director do Agrupamento de escolas da Boa Água, na Quinta do Conde, em Sesimbra, que reflectem, no fundo, a filosofia que enforma toda a actividade e o próprio modo de se organizar da escola.

Uma conversa que juntou, à volta da mesa, os professores Nuno Mantas, director do agrupamento, Luís Pacheco, adjunto,



FOTOS: Paulo Machado

O primeiro contacto da “Escola Informação” com a Escola da Boa Água, no início do ano lectivo, deu-se à necessidade de divulgar um problema grave: a falta – diríamos que quase absoluta – de funcionários. Voltámos, agora, para falar dos inúmeros projectos implementados, da forma como tudo se organiza e articula, do envolvimento de todos como prática quotidiana. Não porque os problemas não existam, naturalmente. Mas porque a aposta forte da escola está na implementação de projectos que impliquem a comunidade escolar.

Este é o segundo ano de vida do agrupamento. O primeiro foi de arranque e de implementação dos serviços básicos. Este ano, o desafio foi começar, de

imediatamente, com uma série de projectos, alguns deles em parceria, em particular com a autarquia.

O objectivo – para além de responder positivamente à questão de fundo “o que é melhor para a escola, para os nossos meninos” – é “a criação de um espírito forte e de unidade entre toda a comunidade escolar”.

Projecto Orquestra Um projecto muito especial

O projecto orquestra – “pelo qual temos um carinho muito especial”, como frisou Nuno Mantas – é um projecto da Orquestra Geração [ver nº 240 de Outubro da EI]. Uma proposta apresentada pelo Conservatório Nacional e que a escola assumiu, em parceria com a

Câmara de Sesimbra. Começou na EB 1, 2 da Boa Água, com os alunos do primeiro ciclo, e estendeu-se este ano para a escola sede do agrupamento, acrescentando ainda ao ensino de instrumentos de cordas o de sopros.

“É um projecto que consideramos que tem muito bons resultados”, comenta Nuno Mantas. “Porque consegue, com os alunos, muitas coisas que nós não conseguimos. Eu fiquei surpreendido, no nosso primeiro concerto a sério, na Aula Magna. Os miúdos só tinham iniciado a aprendizagem há três ou quatro meses e, mesmo os mais mal comportados, estavam ali sossegados, com os instrumentos preparados, não diziam nada e, quando o maestro levantava a batuta, punham-se em posição e tocavam. Nós não conseguimos isso nas

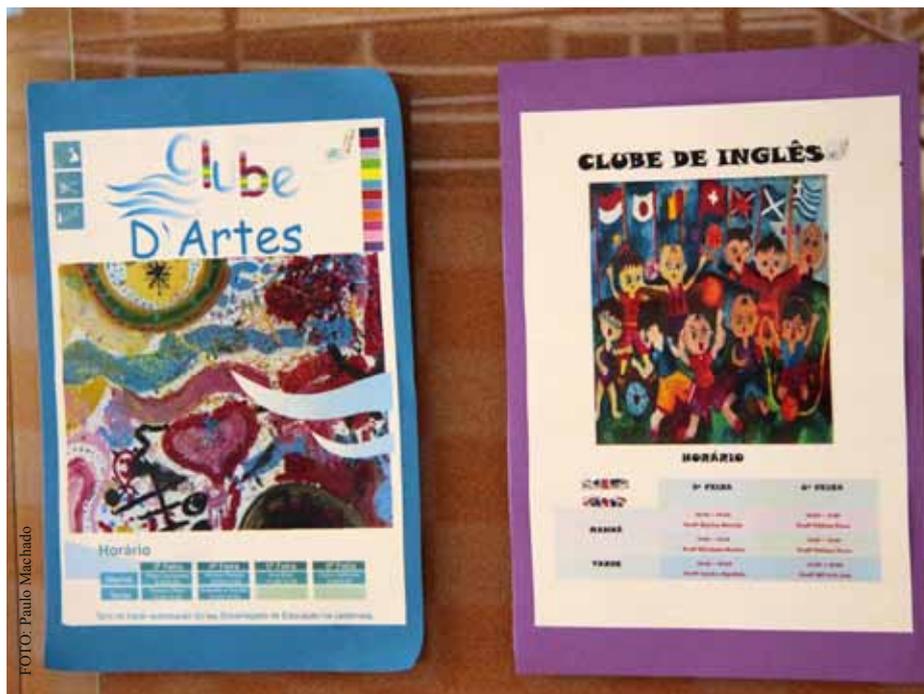


FOTO: Paulo Machado

aulas. E, portanto, se foi possível fazer isso com eles, em três ou quatro meses, que se comportassem assim e com gosto – com aquele gosto e aquele prazer a tocar – é porque se trata de um projecto ótimo!”

Acresce que já se fazem sentir os efeitos também na atitude geral dos miúdos na escola. Quando estão no projecto orquestra “é sempre possível motivá-los para mais alguma coisa”.

Nas palavras do director do agrupamento, “é um projecto para nós continuarmos e para expandirmos o máximo possível. O objectivo era que abrangesse o agrupamento todo, a médio prazo, e que conseguíssemos ter uma orquestra do agrupamento”.

Entretanto, na área da música, já há mais duas propostas de projectos, em andamento.

Ópera e teatro

Uma das propostas é do Conservatório Nacional. Os alunos do Conservatório vêm à escola para apresentar uma ópera simples, ligeira, “só para mostrar aos miúdos o que é a ópera”. A escola participa apenas com cenários, figurinos, acessórios.

O outro projecto, também de ópera, conta com a parceria da Culturgest, e envolve os alunos da escola em todas as áreas e passos para a sua concreti-

zação.

O nome da ópera vai ser *Vamos construir uma cidade*. Um projecto a ser implementado com o maestro Eugénio Sena e que, desenvolvendo-se em torno de problemas ambientais, irá abarcar as mais diversas áreas.

“Vai-se trabalhar com os alunos a nível do grupo de teatro, da música. E com as disciplinas – Português, Ciências – em que irão falar sobre os assuntos que têm que ver com a reciclagem, a protecção do meio-ambiente, os rios, o ruído nas cidades”, explica Armindo Serra.

A ideia é, “partindo desses conceitos que se dão nas aulas, transformá-los em pequenos versos, em pequenos sonetos, que os miúdos irão cantar”. Vão realizar a ópera em todas as suas facetas. Desde os cenários, figurinos, à música, à canção. “Com a colaboração dos nossos professores de música, das AEC’s”. E os apoios da Câmara e da Associação de Pais.

A preparação do projecto já arrancou. O teatro da escola vai iniciar o trabalho preparatório, em conjunto com os professores das AEC’s e os professores de música. Simultaneamente, os professores das várias áreas disciplinares – Ciências, Matemática, Português – vão estudar as temáticas correspondentes com os alunos, na sala de aula.

“Tivemos três reuniões com o professor Eugénio Sena. Vamos organizar pe-

quenos workshops para os professores. Alguma formação. E depois workshops com os alunos, também. Os workshops são organizados pelo professor Eugénio Sena, a nosso pedido, dentro das nossas necessidades. Ele tirou uma licença sabática e está a dedicar-se só a este projecto. Em várias escolas. Com a nossa escola, ele adorou. Porque envolvemos vários níveis de ensino, desde o primeiro ciclo até ao 8º ano. E várias áreas disciplinares”.

Passos de um processo, descrito por Armindo Serra, e que já tem data marcada para a sua apresentação. “Estamos a planear estrear esta ópera lá para Junho, no dia mundial do Ambiente”.

Um tema globalizante Eco-criar

Eco-criar é o tema aglutinador pelo qual se rege todo o plano de actividades deste ano lectivo. Todos os projectos que a escola implementa e irá implementar ao longo do ano inserem-se necessariamente neste grande tema.

É o caso do projecto de ópera. Ou do Eco-escolas, um projecto a que a escola também aderiu, e em que as áreas a abordar serão a reciclagem e o mar. Ou ainda, do Carnaval, em que a temática terá a ver com a água.

A definição de um tema globalizante inscreve-se num modelo que, como frisa Nuno Mantas, “funciona bastante bem”. E prende-se com um modelo de avaliação que a escola elegeu para monitorizar os resultados do seu trabalho. “No final do ano há sempre uma avaliação global do funcionamento da escola, com propostas de implementação já para o ano lectivo a seguir”.

A avaliação é feita por equipas de trabalho que, para além dos professores, podem ter outros elementos - funcionários, membros da Associação de Pais - quando isso é pertinente.

“Cada equipa de trabalho tem um coordenador e aborda vários temas de avaliação – explica o director do agrupamento” Por exemplo: a avaliação dos alunos; a avaliação do funcionamento das actividades de apoio; a avaliação do funcionamento das OPTes (ocupação plena dos tempos escolares).

“Outra área – coordenado pelo profes-

sor Armindo – foi a avaliação do cumprimento do plano anual de actividades (tínhamos 240 actividades, mais ou menos) e propostas para o novo ano lectivo. Há várias equipas que propuseram melhorias e alterações para este ano. E depois nós implementamos, no ano a seguir”.

Uma das equipas centrou-se na reflexão do tema globalizante. “Se era pertinente este ano já termos um tema globalizante que fosse motivante para o nosso plano de actividades (no primeiro ano, não o tivemos)”.

E a conclusão foi “que sim, que era. E a proposta foi este tema – o Eco-Criar. Que é o tema que orienta o nosso plano anual de actividades para este ano”.

Articulação Um modo de funcionar

As estruturas de funcionamento da escola são as previstas na legislação. Mas a forma de funcionamento “não é tão de acordo com o normal das escolas”, sublinha Nuno Mantas.

O trabalho efectivo, prático, “é feito em conjunto, em articulação”, pelas diferentes comissões. Sejam as comissões ligadas ao conselho pedagógico, sejam as ligadas aos conselhos de docentes.

As comissões são organizadas tendo em conta a representatividade.

“Normalmente nós damos às pessoas a oportunidade de dizer em quais é que gostariam de participar. Mas, claro, na do plano anual de actividades toda a gente queria participar, e não pode ser. As pessoas já sabem e discutem isso entre elas. Depois, cada comissão tem um professor responsável, que é o coordenador da comissão”.

Nuno Mantas descreve o processo, em linhas gerais. O coordenador da comissão faz a articulação – seja com o órgão de gestão, seja com o coordenador do departamento.

Para além desta estrutura, ligada à organização escolar, há as estruturas de orientação pedagógica, que são os conselhos de ano. Tudo o que tenha a ver com a articulação pedagógica é feito pelos conselhos de ano. Nomeadamente articulação entre conteúdos dos diversos anos.

No início deste ano lectivo, foi constituída uma comissão de articulação en-



FOTO: Cedita pelo Agrupamento Boa Água

tre o pré-escolar e o primeiro ciclo. Luís Pacheco fala, com entusiasmo, desta nova experiência, que visa “levar estes dois grupos de docentes, de níveis de ensino diferentes, a planificar em conjunto” - para já, ao nível do Português e da Matemática. E, ainda, familiarizar as crianças com os professores, formas de funcionamento e espaços do ciclo para que irão transitar.

Uma experiência que se está a revelar positiva. E com potencialidades. “Imagine-se que, quando as crianças entram no 1º ano, estão a registar muitas dificuldade na área dos números ou na área das operações. Então temos que reequacionar que tipo de trabalho é que tem que ser feito ao nível do pré-escolar, em termos de competências”.

Isto é apenas o primeiro passo, diz Nuno Mantas. O objectivo é alargar. Por exemplo, organizando o “dia do outro nível”. Levando os miúdos de um ciclo a fazerem um dia de aulas no ciclo a seguir. “No horário normal, com os outros professores”. Um projecto que passa, desde já, por ouvir quem está “no terreno”. “Ouvir a sua opinião e saber como é que pensam ser a melhor maneira de implementarmos isto”.

Envolver todos

Na Boa Água não há dificuldade em en-

volver pais e famílias. Como diz Nuno Mantas, eles são mais do que parceiros. Já são da casa. “Porque a interligação é tão forte, tão frequente”.

Os pais e encarregados de educação participam regularmente nas actividades da escola. No quotidiano – a associação de pais também está envolvida no serviço de almoços -, e nas múltiplas actividades que ao longo do ano se vão desenvolvendo. A começar pelo “dia das bruxas”, o Natal, ou o Carnaval (com o trabalho dos fatos para as crianças). Ou ainda em actividades mais marcantes, como a(s) festa(s) de encerramento do ano escolar (que no fim do passado ano lectivo encheu o parque da cidade).

A envolvimento é, aliás, um modo de estar e de funcionar da escola. “Em termos de funcionamento da escola – a envolvimento abarca todos os níveis – pais, funcionários, alunos. Isto, para nós, é uma coisa evidente”.

Por exemplo, o ATL, que existe em todas as escolas do agrupamento, é, em grande medida, da responsabilidade das associações de pais.

“É claro que há articulação do ATL com as actividades da escola. O ATL participa também do plano de actividades que é comum”, faz questão de sublinhar Nuno Mantas.

No campo de férias “Aventura na Boa

FOTOS: Paulo Machado



Água” que, pela primeira vez, teve lugar no fim do passado ano lectivo – e que abarcou actividades tão diversas como praia, iniciativas desportivas, de orientação, jogos tradicionais, idas ao cinema, outras actividades culturais, dramatizações, música – participaram os professores das AEC's (“que são uma valência importante, com representação no conselho pedagógico, e participam em quase todas as diferentes actividades da escola”), os funcionários da escola e do ATL, famílias.

Momentos em que “interagimos mais com a comunidade”

Para muitos projectos a escola conta ainda com uma envolvimento mais alargada e com a participação activa de outras entidades. São parcerias, em que se destaca o apoio continuado, por parte da autarquia. Momentos em que “interagimos mais com a comunidade”, com destaque para o final do ano.

“O ano passado tivemos a nossa primeira mostra das *Tasquinhas*. Que foi feita na escola Pinhal do General. Foi uma mostra em que apresentámos os resultados do trabalho feito ao longo do ano lectivo. Não só o trabalho das disciplinas, mas também o trabalho feito com a comunidade. Tivemos também diversos elementos da comunidade, como parceiros, nessa mostra das *Tasquinhas*. Como, por exemplo, as danças de salão, o rancho folclórico, o grupo de hip-hop, o grupo dos cavaquinhos. Uma série de elementos da comunidade encerravam a nossa mostra diária”. Uma descrição entusiástica, em que se entrecruzaram os relatos de Nuno Mantas e Luis Pacheco.

A mostra funcionou durante uma semana. “Foram cinco dias em que tivemos sempre uma mini-feira a funcionar no Pinhal do General (JI). Cada departamento, a associação de pais, o nosso projecto EPIS (Empresários pela Integração Social – um projecto que intervém ao nível dos alunos que têm resultados médios, mas que apresentam factores de risco de insucesso), tinha uma *tasquinha*”.

As diferentes actividades compunham um programa diário. Em simultâneo com as *tasquinhas*, havia o espaço de uma dinamização. Os workshops, o teatro, a dança que cada grupo fazia era para os visitantes. Entre as 9h e as 17h30, dirigido exclusivamente aos

alunos e aos pais das respectivas turmas que estavam a actuar no momento. E, a partir das 17h30, “abríamos a escola à comunidade. E aqui ia ver quem quisesse. Dando lugar também a que neste período outros – o hip-hop, o grupo de cavaquinhos – actuassem neste período final do dia”.

“É uma forma também de mostrar aos pais o que é que os filhos andaram ao longo do ano a realizar – comenta Luis Pacheco - Não que eles não saibam. Mas é diferente”.

Aquele momento “é para desfrutarem connosco do que foi o trabalho ao longo do ano lectivo. Em que eles também participaram”. ■



FOTO: Cediada pelo Agrupamento Boa Água

10 para a música!

“Na escala de 1 a 10, que nota davas à aula de música?” Resposta pronta e bem significativa, de uma aluna: 10. Às 18 horas, a escola da Boa Água está em plena actividade. Em várias salas de aula, pequenos grupos de crianças aprendem a tocar os seus instrumentos. E a ouvirem-se, a estar atentos. “Isto é uma orquestra. É um todo. Aqui ninguém é solista”, lembra a professora. Uma – boa – lição. Que não se aplica apenas à música. ■



Ainda, a avaliação(!) de professores.



Os professores da Escola Secundária de Camões aprovaram uma posição sobre a avaliação de desempenho, que aqui publicamos. Nela afirmam, com meridiana clareza, que o actual modelo é injusto, confuso e não exequível. E deixam o repto, no que são acompanhados pelo SPGL e pelo conjunto da FENPROF - “porque não se suspende e se procura construir um modelo credível e justo de avaliação de professores?”

Os Professores da Escola Secundária de Camões vêm, mais uma vez, expressar a sua preocupação pelo modo como o processo de avaliação tem vindo a ser conduzido.

O artigo 40º do Estatuto da Carreira Docente, intitulado “Caracterização e objectivos da avaliação do desempenho” refere, no ponto 3, alíneas a), b) e h), respectivamente: “contribuir para a melhoria da prática pedagógica do docente”; “contribuir para a valorização do trabalho e da profissão docente” e “promover o trabalho de cooperação entre os docentes, tendo em vista a melhoria do seu desempenho”. Somos induzidos a pensar que a implementação do actual modelo de avaliação não só é exequível, mas sobretudo a esperar que, na prossecução dos seus objectivos, se constitua como um instrumento auxiliar da prática pedagógica, do trabalho

docente e, deste modo, contribua para a melhoria do desempenho dos professores da qual beneficiariam os alunos, a instituição e a comunidade escolar. Contudo, a realidade da escola, no decurso do seu labor quotidiano, corre o risco de comprometer esse objectivo. As tarefas burocráticas exigidas ao professor/relator vêm ocupar o tempo destinado à preparação das actividades lectivas, à construção de materiais didácticos que se querem inovadores, ao acompanhamento de projectos diversos. Além disso, a existência de quotas vai perturbar a vida escolar pois suscita a competição entre pares e põe em causa o trabalho colaborativo. Como poderia este modelo de avaliação – em que se é relator de um seu parceiro e em que se concorre com ele por meio de quotas – contribuir para a melhoria da função docente?

1•

A aplicação deste modelo de avaliação tem implicações negativas no funcionamento da escola, nomeadamente a nível das relações interpessoais e da redução das horas de acompanhamento dos alunos.

O modelo envolve, de forma continuada, todos os professores como avaliados e muitos como avaliadores, num processo complexo em que os avaliadores não estão legitimados, e mesmo o questionável critério da senioridade, imposto pela lei, é, por vezes, de impossível aplicação;

A avaliação é feita pelos pares. Avaliados e avaliadores concorrem às mesmas quotas sem que estejam garantidos os princípios da isenção e de ausência de conflito de interesses;

A prioridade estabelecida para este processo e o tempo que inevitavelmente consumirá conduzirá à redução das horas de acompanhamento dos alunos. Na nossa escola apoios a alunos nas disciplinas de Matemática e Física e Química, desenvolvidos em todas as turmas, desde há alguns anos, e de que fazemos um balanço positivo, ficam comprometidos, bem como

a Sala de Estudo ou outros apoios e projectos. O tempo necessário para fazer o acompanhamento de todos os professores, tendo em conta padrões de desempenho, definição de instrumentos de avaliação, preenchimento das fichas de avaliação, realização de reuniões da Comissão de Avaliação e Júri de Avaliação, assistências a aulas, entrevistas, etc..., acabará inevitavelmente também por recair sobre a componente de trabalho individual dos professores tão essencial à preparação de aulas, produção de materiais, correcção de trabalhos, etc...

2•

Apesar de estarmos a poucos meses do fim do ciclo de avaliação em curso e cuja duração foi fixada em dois anos, existem inúmeras dúvidas, lacunas e incongruências legais:

Sendo as quotas (% de Muito Bons e Excelentes) por escola, como se resolve o conflito de interesses existente quando elementos da Comissão de Avaliação e relatores concorrem à mesma quota dos professores a quem atribuem Excelente ou Muito Bom?

Que padrões de desempenho/critérios estão na base da avaliação do Director e dos outros elementos das direcções das escolas? Os elementos das Direcções, que leccionam, como vêm esse trabalho avaliado? Os elementos das Direcções também concorrem às quotas da escola?

Qual a legitimidade de os coordenadores poderem assistir a aulas dos relatores e o Director dos coordenadores, não avaliando a qualidade científica do trabalho? Faz sentido separar a dimensão pedagógica da científica, quando se observa uma aula?

O Despacho n.º 14420/2010 estabelece em pormenor as regras para o preenchimento da ficha de avaliação nele publicada, define os domínios a avaliar, a escala de classificação (1 a 10) e a forma de determinação da classificação final, calculada pela “média aritmética ponderada das pontuações atribuídas aos domínios ava-

liados, arredondada às milésimas”. Simultaneamente, exige que a “Proposta de classificação final tem de garantir o cumprimento das percentagens máximas estabelecidas para a atribuição das menções de Excelente e Muito bom”. Como se pode aceitar “mudar” avaliações feitas, falseando classificações nas fichas, para que o valor da média seja o desejado? Como se faz este “ajuste”?

3•

A legislação sucessivamente publicada e os esclarecimentos que a DGRHE tem vindo a dar às escolas, por vezes de legalidade duvidosa, não ajudam e confirmam que o modelo não é exequível.

Por exemplo, no que respeita ao tempo, o Decreto Regulamentar n.º 2/2010 de 23 de Junho, refere explicitamente no artigo 14.º, ponto 3 “Os relatores que não exerçam em exclusividade as funções ... beneficiam da redução de **um tempo lectivo por cada três docentes a avaliar.**” O despacho n.º 11120-A/2010 de organização do ano lectivo, publicado em 6 de Julho de 2010, refere no Art.º 8.º, ponto 1 “Para efeitos de avaliação do desempenho do pessoal docente deve considerar-se o critério, por relator, **de um tempo lectivo semanal para avaliação de três docentes**” e a informação da DGRHE – ORGANIZAÇÃO DO ANO ESCOLAR, de 26 de Julho de 2010 – refere “As horas de redução a que

os relatores têm direito para o exercício das funções de avaliação de desempenho de outros docentes aplicam-se em 1.º lugar sobre as horas de redução da componente lectiva que o docente beneficia ao abrigo do art.º 79 do ECD e sobre horas da componente não lectiva de estabelecimento e só depois, em caso de insuficiência, na componente lectiva”. A circular B10015847T, só enviada a algumas escolas, estabelece que “a função de avaliação dos relatores pelo coordenador de Departamento curricular integra-se nas funções de coordenação deste, não existindo qualquer previsão legal para uma redução específica de componente lectiva em razão desta função”. Ou seja os coordenadores de departamento não têm qualquer tempo destinado ao desempenho das funções de relator, embora possam ter de avaliar 10, 15 ou mais professores/re relatores? Como podem desenvolver, de forma séria, este e todo o trabalho de coordenação previsto na lei e no Regulamento interno da escola? Afinal há ou não direito a redução da componente lectiva de 1 hora para 3 professores avaliados?

Esta última circular da DGRHE vai mais longe e estabelece inúmeras situações de excepção às condições previstas na lei para o exercício das funções de Relator que, por um lado, põem em causa o único (questionável) critério da senioridade defendido no Decreto n.º 2/2010 (possibilitando que praticamente qualquer professor mesmo de grupo diferente possa assistir a

aulas de outro desde que este concorde) e, por outro, provam não ser possível a aplicação do modelo.

4•

As recomendações da Comissão de Avaliação podendo, em abstracto, fazer sentido do ponto de vista teórico, não ajudam à concretização da implementação do modelo por não estarem minimamente reunidas condições para a sua aplicação, tornando-se por isso inúteis.

Conclusão

Pelo que foi dito não restam dúvidas que o actual modelo de avaliação é injusto, confuso e não exequível. Em vez de “contribuir para melhorar a prática pedagógica, valorizar o trabalho e a profissão, promover o trabalho de colaboração” fomenta conflitos e, em virtude da sua questionável exequibilidade, tem implicações negativas na prática pedagógica e na qualidade da escola pública.

Parece evidente que o único objectivo atingível é a introdução de quotas para efeitos de progressão na carreira docente. Como mesmo este objectivo está colocado em causa pelo congelamento anunciado, perguntamos porque não se suspende e se procura construir um modelo credível e justo de avaliação de professores? ■

Subscrito pela maioria dos professores da Escola Secundária de Camões

Direcção Regional de Santarém

ACÇÃO DE FORMAÇÃO - AGIR PARA A IGUALDADE

A comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens do SPGL (CIMH) tem vindo a promover acções de formação no âmbito da Igualdade ou Género em parceria com a CGTP-IN, inserido no projecto “Agir para a Igualdade” que já foi levado a cabo em algumas escolas do país.

Esperamos que vos venha a ser útil no trabalho a desenvolver junto das vossas alunas e alunos, contribuindo assim para o desenvolvimento harmonioso e interventivo como cidadãs e cidadãos deste país.

HORÁRIO			
Mês	Dia	Hora	Duração
Fevereiro	15 (terça)	17:30h às 20:30h	3h
	17 (quinta)	17:30h às 20:30h	3h
	22 (terça)	17:30h às 20:30h	3h
	24 (quinta)	17:30h às 20:30h	3h
Março	1 (terça)	17:30h às 20:30h	3h
	3 (quinta)	17:30h às 20:30h	3h
	10 (quinta)	17:30h às 20:30h	3h
	12 (sábado)	10:00h às 13:00h 14:30h às 17:30h	6h
	15 (terça)	17:30h às 20:30h	3h

Total: **30h**

Regulamento:

- A acção publicada é destinada a todos os associados do SPGL com as quotas em dia.
- Para efeitos de prioridade na inscrição, estas são escalonadas por ordem de chegada prevalecendo em primeiro lugar a inscrição dos dirigentes e delegados sindicais e em segundo a dos associados.
- As inscrições serão aceites até 15 dias antes do seu início.
- Para efeitos de INSCRIÇÃO devem os Senhores Professores contactar telefonicamente a Direcção Regional de Santarém.
- Esta acção é realizada ao abrigo de protocolos de cooperação e cedência de acções entre o SPGL e Centros de Formação reconhecidos para o efeito (acção creditada – 1,2 créditos).

Telefone de Contacto: 243 305 790

CITE dá razão ao SPGL

(Violação do Direito à Dispensa para Amamentação de uma docente do Ensino Particular)



Na sequência do pedido de parecer do SPGL à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), por motivo de violação do direito à dispensa para amamentação de uma docente a exercer funções num estabelecimento de Ensino particular, veio esta Comissão dar razão inequívoca ao entendimento por nós apresentado.

O que levou o SPGL a recorrer para o organismo citado foram, com efeito, as sucessivas violações ao direito à dispensa para a amamentação, pois é de salientar que existia uma discriminação das docentes a exercerem funções no ensino particular relativamente às docentes do ensino público, já que esta matéria está interpretada por uma Circular da DGRHE.

Assim sendo, o parecer ora emitido pela CITE vem recuperar a igualdade de direitos face ao quadro legal aplicável (Constituição da República e Código do Trabalho).

Importa sublinhar os aspectos mais relevantes do referido parecer:

“(…) Importa salientar que tendo sido as condições do exercício do direito à dispensa para amamentação pré-estabelecidas pela entidade empregadora, a sua atribuição arbitrária gerou, eventualmente, situações de incumprimento da lei e/ou de discriminação, na medida em que não houve uma diminuição da carga horária da componente lectiva, mas apenas da componente não lectiva individual, inviabilizando o direito à dispensa para amamentação resultante do facto de a docente ter de fazer a preparação do seu trabalho

para o dia seguinte e consequentemente não poder amamentar.

Ora, no que diz respeito precisamente à licença por parentalidade e às dispensas para amamentação e aleitação, são situações em que a entidade empregadora deverá acolher, mesmo quando se trata de conceder regalias, os princípios e as disposições legais que enquadram, a nível superior ao da empresa, os aspectos mais importantes da relação jurídico-laboral.

Para assegurar o exercício desse direito, sem quaisquer constrangimentos, a lei ordinária estabelece uma especial protecção à parentalidade e aos /às trabalhadores/as que se encontram no gozo das dispensas para aleitação ou amamentação.

Não basta dar aos /às trabalhadores/as a liberdade de decidirem gozar o direito de dispensa para amamentação ou aleitação, bem como o direito de não verem com essa decisão afectada a sua relação de trabalho.

Com intenção ou sem ela, fácil é de compreender que qualquer limitação ou obstáculo aos/às trabalhadores/as a gozar a dispensa para amamentação ou aleitação que a lei lhes concede, demonstra que as empresas não estão a incentivar o exercício daquele direito. (…)

Assim sendo:

“(…) A CITE é de parecer que, qualquer limitação ao pleno gozo do direito à dispensa para amamentação ou aleitação, previstas nos artigos 47º e 48º compaginados com o nº 2 do artigo 65º do Código do Trabalho, tal facto consubstancia uma discriminação em função do sexo por motivo de maternidade (…)

Convocatória

Assembleia Geral de Sócios

Dia 13 de Janeiro de 2011, às 17h30m

Por solicitação da Direcção Central, convoco, ao abrigo dos artigos 57º e 59º dos Estatutos do SPGL, a Assembleia Geral do Sindicato para o próximo dia 13 de Janeiro às 17h30m, na sede da União das Associações de Comércio e Serviços, na R. Castilho, nº 14, em Lisboa, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

- 1. Votação do Plano de Actividades para o ano de 2010-2011.**
- 2. Política reivindicativa. Acções a desenvolver.**

Se à hora marcada não estiver presente o número de sócios exigido legalmente, a Assembleia funcionará, em segunda convocatória, trinta minutos depois com qualquer número de associados.

Lisboa, 9 de Dezembro de 2010

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Artur Oliveira Moura Baptista

Importante:

(1) As moções relativas ao ponto 2 da O.T. deverão dar entrada no SPGL até às 12h00 do dia 12 de Janeiro.

(2) A reunião entre a Mesa da Assembleia Geral e os proponentes terá lugar no dia 12 de Janeiro, às 19h00, na sede do Sindicato (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – Lisboa)

A brincar também se aprende



Aproxima-se uma época em que os vários spots publicitários induzem, ainda mais, ao consumo. Muita desta publicidade é dirigida em especial às crianças que, desde cedo, começam a ser matraqueadas com anúncios na televisão e noutros meios de comunicação a elas dirigidos.

Na verdade, a brincar também se aprende e aprende-se a ser adulto; aprende-se imitando e reproduzindo papéis sociais. Para esta função temos o auxílio de muitos brinquedos e jogos que mais não fazem que perpetuar e reproduzir as funções sociais atribuídas aos homens e às mulheres. Neste período basta passarmos por uma

loja de consumo infantil e logo veremos alinhados, em prateleiras separadas, brinquedos para meninos e para meninas. Que brinquedos para meninos e que brinquedos para meninas? No caso dos primeiros são certamente brinquedos e jogos de acção, aventura, automóveis, bolas, etc. No caso das meninas, veremos, nas prateleiras, brinquedos que perpetuam as funções sociais e modelos de beleza que se espera que elas continuem a desempenhar: bonecas elegantes, cozinhas, bonecos representando bebês, electrodomésticos em miniatura. Toda esta gama mais não visa que preparar as crianças para a vida adulta e é já nas brincadeiras que estes estereótipos se fazem sentir, aliás também muito veiculados através das cores: azul para meninos e cor-de-rosa para meninas.

A educação, mesmo a não formal, deve ser no sentido de alterar mentalidades e terminar com discriminações, no acesso ao que cada um/a pode e deve fazer. As diferenças são biológicas, as desigualdades são sociais. Não se pretende nivelar as diferenças, as pessoas são diferentes entre si

e essas diferenças devem ser respeitadas. O que não pode, nem deve, acontecer é cristalizar diferenças que são criadas apenas no âmbito social, promovendo, com isso, que homens e mulheres estejam em patamares diferentes no acesso à igualdade de oportunidades. Este acesso não pode ser condicionado, mas não é isso que acontece, já que, desde cedo se incute nas crianças que meninos não podem brincar com bonecas ou meninas não podem brincar com carros. Na informalidade e porque a brincar também se aprende, tentemos nesta época, senão conseguirmos escapar ao consumismo, que isso sirva para uma mudança de mentalidades não formatando as brincadeiras e formas de aprendizagem através da reprodução de estereótipos que em nada promovem a livre escolha.

As várias vertentes da vida são possíveis e acessíveis a todos e todas independentemente do factor género. Porque na vida não existe um único e exclusivo modo de viver. Limitar ou ocultar um dos lados é viver pela metade. ■

CIMH/SPGL

Reunião Europeia da Marcha Mundial de Mulheres



Entre 19 e 21 de Novembro, uma vintena de delegadas de 8 países da Europa reuniram na Pousada da Juventude de Moscavide, em Lisboa, para fazerem o balanço das acções nos seus países e também a acção de encerramento da 3ª Acção Global no Sul Kivu, República Democrática do Congo. As delegadas europeias, para além do balanço das acções, quiseram também

perspectivar o futuro próximo desta rede feminista global – a Marcha Mundial das Mulheres – organizaram um debate aberto sob o lema “Militarismo rima com Patriarcado e Capitalismo” e estiveram presentes na manifestação anti-NATO que decorreu a 20 de Novembro, integrando-se na manifestação dos movimentos pela paz que assim mostraram a sua rejeição do espírito belicista e agressivo da NATO e dos propósitos decorrentes do novo conceito estratégico acordado na cimeira de Lisboa.

Em resultado do profundo ataque neoliberal aos direitos e ao Estado social, que se verifica em Portugal e em todos os países da Europa, as delegadas presentes perspectivaram uma campanha europeia da Marcha para 2011 em que, para além do reforço da identidade do movimento, se pretende lançar uma ofensiva feminista à escala europeia denunciando os efeitos da crise sobre as vidas das mulheres.

Outras decisões foram tomadas e caminhos foram abertos que agora precisam ser trilhados e trabalhados, nomeadamente um acampamento de jovens feministas no Verão de 2011, cuja organização ficou a cargo da coordenadora francesa da Marcha.

Para a coordenação portuguesa da Marcha Mundial das Mulheres, que foi a anfitriã desta reunião europeia em Lisboa, este encontro europeu foi um momento muito importante de trabalho e de estreitamento solidário entre mulheres que lutam por um mundo melhor, mais justo e igualitário, em que a Liberdade, a Igualdade, a Solidariedade, a Justiça e a Paz são valores que nos unem, independentemente da diversidade das nossas organizações e matrizes culturais. ■

www.marchamundialdasmulheres.blogspot.com
www.marchemondiale.org
mmmulherespt@gmail.com

CIMH/SPGL

Rómulo de Carvalho: “MEMÓRIAS”

As “Memórias” de Rómulo de Carvalho, escritas entre 1985 e 1997, permaneceram inéditas até aos dias de hoje. A Fundação Calouste Gulbenkian aceitou editar o manuscrito de quase mil e cem páginas, em que o professor e o cidadão Rómulo de Carvalho se revela e nos revela o seu olhar sobre a vida e sobre a sociedade em que nasceu e viveu, como tratou e como foi tratado pelos seus contemporâneos.

Trata-se de um volume de mais de 500 páginas que inclui reprodução de imagens de documentos de natureza diversa, inseridos pelo autor no manuscrito das “Memórias” e, aí, por ele comentadas.

Para lá do real valor literário que não surpreenderá quem conheça outros textos do professor-poeta, as “Memórias” de Rómulo de Carvalho serão certamente úteis a quem se interesse pelas questões do ensino em Portugal, sua evolução e transformações que sofreu ao longo de várias décadas. Boa parte das “Memórias” é preenchida com informação factual e retrata situações descritas por quem as viveu por dentro, sempre com a agudeza crítica e a independência de espírito que caracterizam o autor.

Vistas por outro prisma, notar-se-á que diversas passagens das “Memórias” têm um cunho pessoal e tocam aspectos da intimidade mais profunda do autor, o que poderá justificar que o manuscrito tenha permanecido desconhecido de todos, mesmo dos mais próximos, até ser encontrado entre os papéis do autor já depois do seu falecimento.

António Gedeão, o “amigo dilecto” de Rómulo, “nascido” já nos anos 50 do século passado, ocupa também, naturalmente, uma posição de especial relevo no volume das “Memórias” que nos deixou. Os “amigos” de hoje de António Gedeão, que são numerosos, encontrarão nas “Memórias” abundante informação sobre o acolhimento, ou talvez melhor, os acolhimentos, que a crítica literária da época reservou ao fenómeno poético associado ao aparecimento público de Gedeão.

Há nas “Memórias” passagens que merecem especial destaque, por razões de diferente natureza. Assim é, por exemplo, no que respeita à introdução do chamado “livro único” ou no que toca às funções e comportamentos dos professores metodólogos. A “instituição” da cunha que surge nas “Memórias” em vários contextos, ou a acção dos reitores dos estabelecimentos de ensino no período do chamado “Estado Novo”, são outros temas sobre os quais o autor discorre no correr das páginas desta sua obra.

As “Memórias” de Rómulo de Carvalho deverão chegar às livrarias em meados de Dezembro. A obra é lançada no dia 21 desse mês, no Museu Gulbenkian.

Frederico Carvalho

14 de Novembro de 2010



A Cunha

“Leccionei no Liceu de Camões durante catorze anos, conforme já disse, desde o ano escolar de 1934-35 ao de 1947-48. Abandonei esse liceu sem gosto de lá continuar, e por decisão própria. Dir-vos-ei porquê. (...)

Havia um serviço organizado de cunhas no Liceu de Camões, e possivelmente em muitos outros, com carácter quase oficial. Na altura do início das provas de exame o reitor enviava à secretaria uma lista com os nomes dos alunos que muito lhe agradaria fossem aprovados. O reitor tinha muitos amigos, era benévolo e tolerante, e gostava de ser prestável. Quem recebia a lista era o chefe de secretaria, que se chamava Ranita, o qual depois, metodicamente, organizava o serviço distribuindo pelos professores uns papelinhos com os nomes e números de pauta dos alunos que por eles seriam examinados.

Naquele meu décimo quarto ano de vigência no Liceu de Camões recebi, como de costume, o papelinho que, até esse ano, nunca me trouxera dissabores. Desta vez é que foi. Fiz, em certo dia, os exames que tinha a fazer, dei os resultados que entendi e, pouco depois, aproximou-se de mim um contínuo do liceu informando-me de que o senhor reitor desejava falar comigo. Dirigi-me à reitoria e, a sós com o reitor, diz-me ele: “O sr. doutor acaba de reprovar um aluno que me estava recomendado”. “É verdade, senhor reitor, infelizmente teve que ser assim. Ele sabia poucoquinho.”

O Dr. Frazão estava sério e teve a coragem de me admoestar pelo meu procedimento. Eu escutei-o como o soldado escuta o sargento que o interpela e, terminada a admoestação, saí da reitoria com a firme decisão de nunca mais lá voltar. E assim foi.”

A Escola como palco do diálogo intercultural

“Não quero que os meus filhos desistam da escola”

A Escola Intercultural

“Interacção, diversidade, tolerância – a Escola como palco do diálogo intercultural”, foi o tema do colóquio internacional que, dia 27 de Novembro, reuniu, no Goethe-Institut, em Lisboa, largas dezenas de participantes.



Em causa está um projecto que, como é indicado pelos seus promotores (entre os quais se conta o SPGL), “pretende focar a importância da escola enquanto palco de diálogo intercultural e mediadora/promotora das competências interculturais dos jovens cidadãos que nela interagem”.

Este primeiro encontro tem continuidade. Em 18/19 de Fevereiro de 2011, através de uma conferência e apresentação de diversas iniciativas, em diferentes países, em torno da interacção e diversidade cultural. Entre 4 e 7 de Maio, com uma série de workshops e apresentações teatrais dos Grupos do Teatro do Oprimido. E ainda – como foi dito na apresentação do projecto – “existe espaço para se fazer mais”.

O que é intercultural?

O que é intercultural? Não é uma questão com respostas fáceis e, menos ainda, lineares. Um tema que gerou debate, logo na breve apresentação do projecto, em que o representante da Fundação Friedrich Ebert sublinhou estarmos perante uma iniciativa a contra-corrente na Europa de hoje, num momento em que “em nome da crise se esquece a solidariedade”.

Nas intervenções que se seguiram, de

Mirna Montenegro e Irene dos Santos (ambas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, de Lisboa), a interculturalidade, mestiçagem, identidades híbridas, foram questões bem presentes. Tal como a relação escola/comunidade. Mirna Montenegro apresentou uma iniciativa de animação dos mercados, no quadro do Projecto Nómada, direccionada para as comunidades ciganas. Irene Santos defendeu a ideia de que “somos um pouco um mosaico” e que importa trabalhar no sentido de identidades híbridas.

Como pano de fundo, a articulação – complexa mas essencial – entre o ensino formal e informal, destacada na síntese do moderador da mesa, António Avelãs (SPGL).

Na apresentação de métodos inovadores, com a presença de Grupos do Teatro do Oprimido, afirmou-se a sua importância como instrumento de mudança política. Em que a escola tem também um papel de destaque a desempenhar, como “possível espaço de transformação”, nas palavras de Manuela Mendonça (SPN). “Eu não quero que os meus filhos desistam da escola”, frisou Reginaldo Spínola, da Cova da Moura, de algum modo realçando o papel que a escola democrática pode desempenhar na luta contra a(s) exclus(ões).

Cruzar pontos de vista

“Tirar proveito da diversidade cultural nas escolas”, foi o tema que animou a mesa redonda em que se cruzaram pontos de vista e projectos implementados em diferentes países.

Dominique Giannotti, do SNES, França, transmitiu a sua experiência enquanto professora de Filosofia e sindicalista. Como professora, promovendo o diálogo cultural na sala de aula, um diálogo “que integre diferenças” e “questione evidências”. Como sindicalista, na “luta contra as desigualdades de toda a ordem”.

Mariló Reina (FE-CC.OO., Espanha) fez uma apresentação detalhada do projecto “Anversos” – Educação para o desenvolvimento [www.anversos.org].

Numa perspectiva do futuro do projecto que arrancou com este colóquio, Albertina Pena (SPGL) sublinhou a importância de “criar movimento”. Um movimento em que a escola é um elemento incontornável. Porque se – como é evidente – não é só a escola que educa, só a escola o faz com “intencionalidade pedagógica”, como frisou Manuela Mendonça na conclusão dos debates. ■

Para saber mais:
www.goethe.de/escola-intercultural

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direcao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

•TEL: 21 381 9143
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559
•Parede

Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

•Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilafranca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

•Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

•Santarém

Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar

Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

•Torres Novas

R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A

2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

•Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

•Almada

R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

CONHECER PORTUGAL



ALENTEJO 14 a 18 Março

Programa:

Dia 14- 08h – Partida de Sete Rios, frente ao portão principal do Jardim Zoológico. Paragem na vila de **Alvito**, passagem pelos seus portais, janelas e edifícios medievais, visitas guiadas à **Igreja Matriz e Fresco renascentista** e à **Ermida de S. Sebastião com os seus frescos seiscentistas de José de Escobar**. Continuação da viagem para **Beja**. Visita ao **Museu Regional**. Alojamento na **Pousada de S. Francisco**.

Dia 15- Circuito pelo Baixo-Alentejo

Após o pequeno-almoço partida para **Serpa** e visita guiada ao seu centro histórico. Continuação da viagem para as **minas de S. Domingos** onde veremos as zonas de extracção e carregamento do minério, oficinas e armazéns, central eléctrica, malacate, lagoas de água doce, sistemas de drenagem, vestígios da mineração romana e vários outros itens. Seguimos depois para **Mértola**, a quase cidade-estado ibé-

rica, romana, muçulmana, cristã... Aqui visitaremos a sua **Mesquita/Igreja Matriz, as escavações da antiga Alcáçova e o museu Islâmico** e dispostemos depois de tempo livre para a descoberta da vila. Regresso a Beja. Alojamento na **Pousada de S. Francisco**.

Dia 16- Beja – Estremoz

Depois do pequeno-almoço, partida com destino a **Moura** onde faremos um passeio pedonal para conhecermos

o seu **Castelo e Património Histórico**. Seguimos depois para **Mourão**, onde teremos possibilidade de fazer um **Cruzeiro na Barragem do Alqueva** dependendo das condições meteorológicas (não incluído). Continuação para **Monsaraz** onde visitaremos o **Castelo e a Torre de Menagem medievais, o edifício dos Antigos Paços da Audiência e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Lagoa**. Seguiremos depois para **Estremoz** onde teremos tempo livre para descoberta desta cidade de mármore. Alojamento no **Hotel Páteo dos Solares*******.

Dia 17- Estremoz – Vila Viçosa – Borba

A seguir ao pequeno-almoço, visita guiada ao **Centro de Ciência Viva** e a **uma pedreira de extracção de Mármore**. Seguimos depois para **Vila Viçosa**, terra de reis, onde visitaremos o imponente **Palácio dos Duques de Bragança**. Regresso a Estremoz com paragem na vila de **Borba**. Alojamento no **Hotel Páteo dos Solares*******.

Dia 18- Estremoz – Lisboa

Depois do Pequeno-almoço, início da viagem de regresso a Lisboa com paragem em **Arraiolos** onde faremos um pequeno passeio pedonal **no centro da vila e visita ao edifício da Autarquia**. Depois do almoço visita ao **Castelo de Montemor-o-Novo** e ao **Convento de São Domingos com o Museu de Arqueologia e Etnologia**. **Chegada a Lisboa (Sete Rios) cerca das 19h**.



Inscrições até 31 de Janeiro

Preço:

- 245 Euros ~~€~~ pessoa em quarto duplo
- 355 Euros em quarto individual

Inclui:

- Viagem em autocarro de turismo;
- 4 noites de alojamento em hotel, em regime APA;
- Entradas em Museus e Monumentos;
- Visitas guiadas conforme programa;
- Seguro de Viagem;

Não inclui:

- Cruzeiro na Barragem do Alqueva;
- Almoços e jantares;

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS . FICHA DE INSCRIÇÃO "CONHECER PORTUGAL - ALENTEJO" – 14 a 18 de Março

Nome _____ Idade _____ Nº de Sócio _____
 Morada _____ Localidade _____
 C. Postal _____ - Telm. _____ E-mail _____
 Acompanhantes (nome e idade): _____

Pagamento: Cheque nº _____ do Banco _____ no valor total de _____ €

Nota: A ficha de inscrição deverá ser entregue, acompanhada do respectivo pagamento, até ao dia 31 de Janeiro, na sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ou nas delegações regionais, ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL.

Nota: telemovel de contacto 960202007.

10º Curso de Iniciação à Informática



1 – OBJECTIVOS

1.1 - OBJECTIVOS GERAIS

- Os objectivos desta acção de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada.
- Proporcionar aos participantes um curso de informática que desmistifique o computador como máquina complexa, apresentando-o como ferramenta facilitadora, objecto de lazer, comunicação e aproximação social;
- Desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando software de formatação de texto (Word2003), browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail).

1.2 - OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Na óptica do utilizador, o formando deverá:
- Identificar genericamente as componentes de um computador e o seu sistema operativo;
 - Diferenciar programas e documentos;
 - Reconhecer e aplicar as potencia-

lidades fundamentais dos softwares Word, Internet Explorer e Gmail;

2 – DESTINATÁRIOS:

Esta formação destina-se a Docentes aposentados ou no activo

3 – DURAÇÃO - 24H

A acção decorrerá ao longo de 8 sessões, cada uma das sessões de 3h, perfazendo um total de 24h de formação.

4 – ORGANIZAÇÃO:

4.1 – LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de Formação do Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3.

4.2 – DATAS

Terá início no dia 15 de Fevereiro e termina no dia 15 de Março, às terças e quintas-feiras.
Fevereiro - 15, 17, 22, 24
Março - 1, 3, 10, 15

4.3 - HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

5 – CUSTOS:

Sócios - 20 Euros €
Não sócios - 80 Euros €
USL - 25€Euros

6 – Prioridades:

- Inscritos sem vaga no 9º Curso
- Sócios do SPGL
- Sócios da FENPROF
- Sindicatos da USL
- Não Sócios

7 – INSCRIÇÕES ATÉ 11 de FEVEREIRO (limite 18 formandos)

SPGL . DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS . FICHA DE INSCRIÇÃO 10º CURSO DE INICIAÇÃO À INFORMÁTICA

Nome: _____ NºSócio: _____
Morada: _____
Tel: _____ Telm: _____ Email: _____

Pagamento: Cheque nº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respectivo cheque, deverá ser enviada até 11 de Fevereiro, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Para a frequência do curso apenas serão informados os professores seleccionados.

Nota 3: Contacto da dirigente responsável pelo curso - tel.936362412

Legislação

- **Portaria 926/2010, de 20 de Setembro**
Procedimentos a adoptar nos casos em que não possa haver lugar à observação de aulas, necessária à progressão aos 3º e 5º escalões e à obtenção de Muito Bom e Excelente.
- **Despacho Normativo 24/2010, 23 de Setembro**
Estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no nº 9 do artº 40º do ECD.
- **Portaria 1009-A/2010, de 1 de Outubro**
Primeira alteração à Portaria 49/2007, que define as regras a que deve obedecer o financiamento público dos cursos profissionais de nível secundário.
- **Despacho 15285-A/2010, de 8 de Outubro**
Alteração aos despachos 29864/07, 29865/07 e 415/08 sobre manuais escolares.
- **Despacho nº 15321/2010, de 11 de Outubro**
Reconhece como habilitação profissional, para o exercício da função docente, os cursos de pós-graduação de especialização em Ensino da Informática e de Ensino da Economia e Contabilidade ministrados pelo Instituto da Educação da U. Lisboa.
- **Despacho 16034/2010, de 20 de Outubro**
Estabelece a nível nacional os padrões de desempenho docente.
- **Despacho 16872/2010, de 20 de Outubro**
Subdelega competências no secretário geral do ME.
- **Portaria 1100/2010, de 20 de Outubro**
Programa de formação em competências básicas em cursos de formação e educação de adultos ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.
- **Recomendação CNE 2/2010, de 2 de Novembro**
Recomendação sobre O Estado da Educação 2010 – Percursos Escolares
- **Portaria 1125/2010, de 2 de Novembro**
Primeira alteração à Portaria 959/07, que aprova os Estatutos da Agência Nacional para a Qualificação.
- **Despacho 16926/2010, de 9 de Novembro**
Constitui a comissão de avaliação e certificação prévia à adopção dos manuais escolares da área curricular/disciplina de língua estrangeira (inglês) do 6º ano de escolaridade.

XVIII Jornadas de Educação Ambiental da ASPEA

“Paisagens educativas”

A Associação Portuguesa de Educação Ambiental – ASPEA, vai promover as suas XVIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, nos próximos dias 28 a 30 de Janeiro de 2011, subordinadas ao tema, “Paisagens educativas”.

A ASPEA tem procurado a descentralização das suas actividades, realizando este evento em regiões diversificadas do país. Com este intuito, as Jornadas terão lugar em Idanha-a-Nova, nas instalações da Escola Superior de Gestão.

A proposta das XVIII Jornadas de Educação Ambiental é dar protagonismo à natureza e aos princípios e valores que devem reger as relações entre os seres humanos e a restante comunidade de vida, nos diversos espaços naturais e vivenciais.

Para saber mais, consultar o site: www.aspea.org



“Canções de Amor Pintadas de Amarelo”

Canções de Amor Pintadas de Amarelo é um projecto de cantautor, trilingue (Português, Francês e Espanhol), com 15 temas:

1 Sou o homem que procuras; 2 À procura de um perfume; 3 Vent froid; 4 Vals'ilha; 5 Vida de gaveta; 6 Canção de amor pintada a chocolate; 7 Dame una rosa; 8 Quero sentir a dois...; 9 Doce história; 10 Baloço d'inverno; 11 Beijar-te; 12 Sorriso a dois; 13 Dum dum d'amor; 14 Voar em sentido oposto; 15 Paixão impossível.

Conta com a participação especial de: Pedro Jória, assim como: Nuno Flores (ex-Corvos), Olinda Gil, Maria Ana Filipe, António Rivotti.

www.reverbNation.com/jorgerivotti



Projecto Tempo

Recital “palavras de música”

“Palavras de música” é um projecto direccionado para vários públicos, nomeadamente escolas. Com base na guitarra, canto e voz, recitais de canções, poesia e performance, visa nomeadamente motivar para a música tradicional portuguesa e para a poesia. Nas actuações nas escolas, serão divulgados autores referidos nos programas oficiais de Português do ensino básico e secundário.

Para saber mais, ver a página do projecto: <http://projectotempo.com.sapo.pt>



Protecção na parentalidade (continuação)

Faltas para assistência a netos

Dando continuidade ao tema que tenho vindo a tratar, o qual, como referi, suscita sempre inúmeras questões, neste número darei a conhecer o regime de faltas para assistência a netos que se encontra regulado no artigo nº 50º do Código do Trabalho. De acordo com o mencionado regime os trabalhadores têm direito a faltar **até 30 dias consecutivos** a seguir ao nascimento de netos que consigo vivam em comunhão de mesa e habitação e que sejam filhos de adolescentes com idade inferior a 16 anos.

Este direito pode ser exercido pelo avô e pela avó trabalhadores que decidirão conjuntamente se o período em questão é gozado por um deles ou por ambos em tempo parcial ou em períodos sucessivos.

Neste caso, o trabalhador que pretenda exercer o referido direito tem que informar o empregador com a antecedência de **cinco dias** declarando que preenche os requisitos legalmente exigidos para o efeito, ou seja:

- a) Que o neto vive consigo em comunhão de mesa e habitação;
- b) Que o neto é filho de adolescente com idade inferior a 16 anos;
- c) Que o conjugue do trabalhador exerce actividade profissional ou se encontra fisicamente ou psiquicamente impossibilitado de cuidar do neto ou não vive em comunhão de mesa e de habitação com este.

Para além disso, a lei também prevê que o(a)

trabalhador(a) (avô/avó) pode faltar, em substituição dos progenitores, para prestar **assistência inadiável e imprescindível**, em caso de doença ou acidente, a neto menor ou, independentemente da idade, se for portador de deficiência crónica. Neste caso, o trabalhador deverá informar a entidade empregadora declarando:

- a) O carácter inadiável e imprescindível da assistência;
- b) Que os progenitores do neto exercem actividade profissional e não faltam pelo mesmo motivo ou se encontram impossibilitados de prestar a assistência em causa;
- c) Que nenhum outro familiar com o mesmo grau de parentesco (outro avô/avó) falta pelo mesmo motivo.

A comunicação supra referida deverá ser comunicada ao empregador, com a **antecedência mínima de cinco dias** quando a ausência for previsível.

Caso não seja possível prever a ausência de forma a cumprir o mencionado prazo, a comunicação deverá ser efectuada **logo que possível**.

Tal como nas situações tratadas nos últimos números do "Escola Informação" a violação dos supra-identificados direitos constitui contra-ordenação grave, nos termos do artigo 554º do Código do Trabalho a que corresponde a aplicação de uma coima à respectiva entidade empregadora. ■



CONFERÊNCIA

O que mudar na Escola Pública?

11 e 12 de Fevereiro de 2011
Auditório do Montepio Geral

Dia 11 Fevereiro 2011 (Sexta-feira)

14H30 Sessão de Abertura

António Avelãs (Presidente do SPGL)

Jurjo Torres (Universidade da Corunha)

17H00 - 1º painel: Estrutura do Sistema Educativo e Organização Curricular

Dia 12 de Fevereiro 2011 (Sábado)

10H00 - 2º painel: Avaliação das aprendizagens e sucesso escolar

14H30 - 3º painel: Que propostas para uma nova LBSE e um novo Sistema Educativo com 12 anos de escolaridade obrigatória?

18H00 – Sessão de Encerramento

Sessão Especial - Sede do SPGL :

Dia 17 de Fevereiro 2011

15H30 - 4 Secções em simultâneo: Educação Pré-Escolar; 1º CEB; 2º e 3º CEB e Secundário e Educação Especial.

Temas: Estrutura do Sistema, Organização curricular, Funções docentes, Horários de trabalho

17H30 – Plenário para relato das 4 secções e debate